

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Porto Alegre

2015

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

**ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2015

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

SIBEMBERG, Raul Trajano. **Acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo.** 64p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

RESUMO

Desde o período de acumulação intensiva após a segunda guerra mundial e o deflagrar da crise dos anos 1970, o capitalismo passou por importantes mudanças nos seus padrões de acumulação. Desde a crise, diversos serviços e atribuições públicas como sistemas de proteção social foram desmontados e convertidos em fontes de lucro. Sob o paradigma neoliberal, legislações trabalhistas foram flexibilizadas, direitos adquiridos durante anos de disputas políticas foram revogados. O setor financeiro foi desregulamentado, permitindo a elevação das finanças à posição hegemônica nos circuitos de acumulação. A mundialização do capital e o crescimento da importância do investimento estrangeiro direto nos fluxos internacionais de capital promoveram uma aceleração da expansão territorial do sistema capitalista, ocasionando novos processos de acumulação primitiva. Nessa fase recente do capitalismo, as tensões políticas entre mercados e sociedades desencadearam importantes forças de transformação social. O trabalho procura mostrar como a lógica da acumulação por espoliação tem se tornado importante meio por onde o capital contorna os problemas de sobreacumulação, produzindo no capitalismo contemporâneo a intensificação dos avanços do sistema de mercado sobre as sociedades. Essa lógica se manifesta tanto na expansão territorial do capitalismo quanto através de avanços políticos do sistema de mercado tais como a privatização de serviços e bens públicos, a perda de direitos e a mercantilização de *commons*.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação. Sobreacumulação. Capitalismo contemporâneo. Neoliberalismo.

SIBEMBERG, Raul Trajano. **Accumulation by dispossession on contemporary capitalism.** 64p. Economics Graduation Monograph. UFRGS. Porto Alegre, 2015.

ABSTRACT

Since the intensive accumulation period past the World War II and the triggering of the accumulation crisis of the 70's, capitalism has been through important transformations on its patterns of accumulation. Since the crisis, several public services and duties, such as social protection systems, have been dismantled and turned into sources of profit. Under the neoliberal paradigm of policies, employment legislations were made flexible, and rights acquired through years of class struggle were revoked. The finance sector has been deregulated, allowing the finances to raise to a hegemonic position in the accumulation circuits. The internationalization of capital and the growing importance of direct foreign investment on the international flows of capital have increased the speed of the territorial expansion of capitalism, leading to new episodes of primitive accumulation. At the recent phase of capitalism, political tensions between markets and societies have unleashed powerful forces of social transformation. This text seeks to show how the logic of accumulation by dispossession has been turning into an important means to which capital thrives on the verge of over accumulation problems, producing in recent times the intensification of the market system's advances over societies. This logic manifests itself in the territorial expansion of capitalism as well as through the political advances of the market system such as the privatization of public goods and services, the loss of rights and the commodification of commons.

Keywords: Accumulation by dispossession. Overaccumulation. Contemporary capitalism. Neoliberalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 OS MOVIMENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO CAPITAL E A REAFIRMAÇÃO DAS FORMAS PREDATÓRIAS DE ACUMULAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	9
2.1 Capitalismo: limites internos e expansão.....	9
2.2 A Economia no pós-guerra e a crise de acumulação.....	12
2.3 O capitalismo contemporâneo.....	15
2.3.1 A ascensão neoliberal.....	15
2.3.2 A acumulação no capitalismo contemporâneo.....	18
2.4 Acumulação por espoliação.....	23
3 ESPAÇOS E OBJETOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO.....	27
3.1 A perda de direitos dos trabalhadores.....	27
3.2 As finanças como meio de acumulação por espoliação.....	29
3.3 Espaços urbanos.....	31
3.4 Água: de dádiva a mercadoria.....	33
3.5 Grandes negócios de terra.....	37
3.6 Patentes.....	41
3.7 Internet.....	43
4 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	46
4.1 A teia de relações da acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo.....	46
4.2 Formas sociais de resistência ao mercado e lutas contra a acumulação por espoliação.....	55
5 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Com a crise estrutural do sistema capitalista nos anos 1970, num contexto de estagnação das maiores economias mundiais e queda na rentabilidade do capital, emergiram manifestações consideradas originárias do modo capitalista de acumulação e de suas relações com as sociedades. A queda do consenso político-econômico das democracias sociais consolidado no pós guerra deu lugar a um novo regime político a nível mundial: o neoliberalismo. As mudanças no âmbito das instituições políticas e nas atribuições do Estado, no entanto, não devem ser destacadas das modificações no âmbito econômico que ocorreram no período, como a ascensão de uma hegemonia financeira e um período longo sem solução para os problemas de sobreacumulação no âmbito produtivo.

Dentro desse contexto econômico e político, foram desencadeados processos de acumulação predatória, de alguma forma semelhantes aos propostos por Marx (1867) em sua narrativa sobre a acumulação primitiva. Trata-se de processos que envolvem coerção, apropriação e cooptação de formas de organização social não capitalistas e de suas produções, e a transmutação destas em fontes de lucro. É possível argumentar que tais processos estão relacionados à expansão dos limites territoriais e políticos do modo de produção capitalista. Para dar conta desses importantes processos políticos ligados à reprodução expandida do capital, utiliza-se neste trabalho o conceito de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2003).

Estes processos político-econômicos apresentam características diferentes dos existentes no âmbito da produção capitalista enquanto parte da reprodução expandida. Eles incluem a dissolução de modos de vida tradicionais e processos de expropriação de indivíduos e apropriação privada de formas de propriedade coletiva, sujeitando aspectos sociais e comunitários muito distintos à mesma lógica mercantil. No período recente, processos semelhantes, mas inteiramente novos, surgiram com força, trazendo consequências sociais relevantes para os grupos afetados. Essas formas de acumulação ocorrem em contextos e categorias bastante distintas, guardando grandes especificidades entre si.

Nas últimas quatro décadas, diante do panorama de baixa recuperação nas taxas de lucro nos países centrais do capitalismo, e de uma mobilidade de capitais inédita, a ocorrência de formas de acumulação por espoliação teria se intensificado. Essa expansão no alcance dos mercados a novos territórios e novos objetos/espços de acumulação seria necessária para assegurar a continuidade da acumulação capitalista, sendo assim a acumulação por espoliação uma possível saída para a crise de sobreacumulação. Assim, a acumulação por espoliação teria adquirido um papel, se não central pelo menos fundamental, no processo mundial de acumulação de capital. Formas de resistência à lógica de mercado e iniciativas de defesa

diante da acumulação por espoliação poderiam, assim, impor limites relevantes à acumulação capitalista.

A construção teórica de um arcabouço dentro do qual a acumulação capitalista se desenvolve, e a análise do contexto que compreende o período de geração dos excedentes de capital nos anos pós-segunda guerra mundial, bem como o período após o desencadeamento da crise de acumulação dos anos 1970, é importante para a observação das tensões políticas e forças econômicas atuantes em torno da acumulação por espoliação no período atual. Os Estados nacionais assumiram novas posturas diante de suas populações, com a desregulamentação das leis trabalhistas e a reorientação de suas funções primordiais, desmontando-se progressivamente os sistemas públicos de proteção social. As tensões entre trabalho e capital no âmbito da produção se acirraram. A situação desfavorável à acumulação do capital desencadeou também processos políticos que, embora diretamente ligados com os circuitos de acumulação no âmbito da reprodução expandida, guardam características bastante peculiares.

As características peculiares dos processos de acumulação por espoliação exigem uma análise mais focada em torno de alguns desses processos, sendo o arcabouço acima descrito uma ferramenta útil para a sua compreensão. O trabalho tem como objetivo geral, por meio de uma revisão bibliográfica, identificar relações entre os circuitos e padrões de acumulação do capital no período atual com as intensas transformações sociais às quais estão sujeitas diferentes sociedades, utilizando o conceito de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2003) como ferramenta analítica. Será buscada como objetivo específico a compreensão de relações comuns e singularidades entre os processos de espoliação desencadeados no período recente, e a partir do retrato das singularidades, trazer algum aprofundamento quanto à importante teia de relações políticas que perpassam estes processos, trazendo à tona a questão da resistência à lógica dos mercados e à espoliação e a dinâmica da exploração de classe presente em âmbitos externos ao processo produtivo.

Além desta introdução e da conclusão, o trabalho tem três capítulos. O primeiro capítulo trata da descrição das principais tendências do capitalismo desde os anos 1970, que permite observar os mecanismos por onde se expandiram as fronteiras do sistema de mercado, além da apresentação do conceito de acumulação por espoliação. O segundo capítulo traz alguns exemplos de objetos e espaços da acumulação por espoliação, que ajudam a identificar a atuação de diferentes instituições e ilustrar características gerais e específicas dos processos de acumulação por espoliação desencadeados no período recente. O terceiro capítulo retoma o contexto da acumulação no período recente e os exemplos abordados para possibilitar a

construção de um panorama geral dos processos de acumulação por espoliação e dos meios por onde estes teriam se intensificado, e discutir as transformações políticas e as formas de resistência relacionadas a esse panorama.

2 OS MOVIMENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO CAPITAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo discute brevemente alguns limites econômicos e sociais do capitalismo e a sua expansão econômica, geográfica e política. É analisado o contexto econômico da acumulação no período expansivo após a segunda guerra mundial, que assegurou estabilidade econômica e social por algum tempo, e a crise de acumulação dos anos setenta, que originou um grande volume de excedentes de capital sem oportunidades rentáveis. A seguir, discute-se sobre a ascensão do neoliberalismo como modalidade de discurso e como expressão da influência política do capital, em busca de saídas para a crise de rentabilidade. São apresentadas algumas características do período atual do capitalismo, marcado pela crescente importância das finanças, por trajetórias de crescimento inexpressivas em relação ao período anterior, pela mundialização do capital e avanços políticos locais em busca de oportunidades lucrativas. Na última sessão, é apresentado o conceito de *acumulação por espoliação*, que diz respeito a processos políticos e socioeconômicos singulares desencadeados tanto em regiões capitalistas quanto em novos territórios para a acumulação de capital, envolvendo a expropriação de ativos públicos e comunitários e a perda de direitos comuns.

2.1 Capitalismo: limites internos e expansão territorial

O capitalismo é um modo de produção com características e padrões próprios, que ao longo de sua história desenvolveu interações nas sociedades em níveis diversos, não só materiais, mas institucionais. Não está presente na totalidade da existência humana e guarda especificidades em relação a outros modos de produção de sociedades e grupos “superados” e atuais. Dentro do funcionamento do sistema capitalista, podem observar-se padrões no processo reprodutivo do capital, como os descritos por Marx (1894). Relacionadas a esses padrões estão diversas interações do capital com as sociedades, territórios, e suas modalidades de trabalho, discurso e poder. Dessas interações podem surgir desencadeamentos que embora ligados ao processo reprodutivo do capital, em escala mundial, representam especificidades em contextos locais e características próprias.

A esfera social e a esfera econômica nunca estão dissociadas, mas no capitalismo há uma aparente autonomização dessa última. Para Polanyi (1956) o funcionamento dos mercados criaria seus próprios limites a partir de suas relações com três mercadorias fictícias: dinheiro, terra e trabalho. O funcionamento da indústria depende de suas relações com esses

três elementos e da inclusão deles no mercado. Essa dependência do modo de produção capitalista dessas mercadorias fictícias influenciaria as instituições da sociedade de formas variadas, a partir da pressão política de interesses pela não intervenção no funcionamento real do mercado dessas “*commodities*”, orientado pela busca da rentabilidade. Impõe-se daí uma constante tensão política entre sociedade e mercado. A hipotética mercantilização completa do trabalho e da terra traria uma condição de subordinação política da esfera social ao sistema de mercado, a qual seria insustentável devido ao surgimento de formas de resistência e busca por proteção social.

Em sua obra, ao descrever os padrões de funcionamento do capitalismo, Marx (1894) apresenta sua ideia de uma Lei de Tendência da Queda da Taxa de Lucro. O processo produtivo no sistema capitalista é também processo de acumulação. A cada ciclo reprodutivo, parte do lucro obtido pelo dono do capital produtivo é reinvestido para novamente passar pelo processo de acumulação. A concorrência entre capitais por melhorias na produtividade geraria avanços na composição técnica do capital. Assim, se confrontariam, não alterados outros fatores, uma quantidade maior de capital constante em relação ao capital variável (manifesto na forma de salários). A taxa de lucro, relação entre a extração de mais-valia e o capital global adiantado, então, não alterados outros fatores, diminuiria. O capital acrescido, no entanto, poderia apropriar-se de maior trabalho excedente, implicando simultaneamente na elevação da massa de lucro e redução da taxa de lucro.

Contudo, Marx (1894) apenas a descrevia como uma Lei Tendencial, que não necessariamente se concretiza, porque por outro lado há contratendências que podem superar a tendência, recuperando a rentabilidade capitalista. Aumentos na produtividade do trabalho nem sempre vêm acompanhados de aumentos no capital constante. Podem surgir novos métodos organizacionais e produtivos mais eficazes, sem que isso implique em uma alteração na proporção entre capital constante e variável. Podem ocorrer elevações na produtividade do capital pela desvalorização dos elementos do capital constante. Também podem ser obtidas condições melhores para a classe capitalista em relação aos trabalhadores, com reduções salariais e subcontratação.

A dinâmica da acumulação do capital expõe alguns limites internos do modo de produção. A valorização do capital depende do trabalho excedente que se torna parte do valor da mercadoria. A relação política entre capital, trabalho e Estado pode favorecer tanto o capital quanto os trabalhadores, com impactos na acumulação. Mas essa é somente a fase produtiva da circulação, e não sustenta-se aqui que a oferta gera sua própria demanda. A valorização do capital encontrará limites de naturezas diferentes. Primeiro, os limites do lado

produtivo, incluindo a queda tendencial na taxa de lucro e os possíveis resultados políticos que podem impor maior valorização do trabalho. Da mesma forma, os limites criados justamente por sua valorização depender de uma massa de trabalho não paga e de uma concentração da propriedade na mão de poucos capitalistas. O capital eleva o volume produzido de mercadorias e assim se valoriza ao extremo, mas ao mesmo tempo dificulta a realização das mercadorias que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores. Ou seja, dessa tendência antagônica de distribuição podem surgir problemas no âmbito da realização, devido à limitação do consumo por parte dos trabalhadores. O resultado é a produção de capital excedente.

Harvey (2003) parte da tese de Rosa Luxemburgo (1968) sobre o aspecto da acumulação de capital que se refere às relações do capitalismo com formas produtivas não capitalistas no cenário internacional, onde seriam exibidas força, fraude, opressão e pilhagem de recursos. Para Rosa Luxemburgo (1968) a dinâmica produtiva capitalista exigiria saídas “externas” para a restituição da rentabilidade dos capitais. Harvey (2003), no entanto, rejeita a tese de subconsumo como a causa das crises do capitalismo – a qual, segundo o autor, seria defendida por Rosa Luxemburgo (1968) - e argumenta que, diante de uma demanda efetiva estagnada, o acesso a insumos produtivos mais baratos poderia assegurar a manutenção da rentabilidade do capital. Dessa produção de capitais excedentes viria a necessidade capitalista de expandir-se, buscando insumos baratos e novas oportunidades de investimento para assegurar a rentabilidade. Nessa necessidade de expansão se evidencia um dos aspectos da relação orgânica entre a reprodução expandida e as formas predatórias de acumulação descritas por Harvey (2003) sob o conceito de *acumulação por espoliação*, discutido na última seção do capítulo.

O conceito de desenvolvimento geográfico desigual utilizado por Harvey (2003) é útil para compreender a dinâmica da expansão geográfica do capitalismo e os limites de algumas “soluções” para o capital excedente. A saída do capital em busca de rentabilidade para outras áreas capitalistas e mesmo regiões não capitalistas geraria um aumento no volume do capital global, e o surgimento de novos excedentes localizados traria uma ampliação dos fluxos inter-regionais de capitais. Harvey (2003), no entanto, assim como Rosa Luxemburgo (1968), via nessa solução “externa” seus limites, pois a medida em que se desenvolvessem as forças produtivas capitalistas nas áreas para onde o capitalismo se expande, nessas também começariam a surgir excedentes de capital a serem absorvidos.

As contradições do capitalismo e os limites políticos do capital apontam, então, para uma expansão do capitalismo, tanto a nível geográfico quanto socioeconômico e político.

Essa expansão se daria, por um lado, a partir dos excedentes de capital gerados pela produção capitalista, buscando alocação rentável em novos territórios. Por outro, também pelos avanços políticos com a abertura de novas formas de acumulação a partir de modificações nas relações sociais de trabalho, produção e consumo, seja em territórios capitalistas ou em outros até então não capitalistas. Além desses avanços políticos nas profundezas do tecido social, também surgiriam tensões pela expansão da influência do capital na política institucionalizada no aparato público, buscando a desarticulação de restrições impostas ao alcance dos mercados.

2.2 A Economia no pós-guerra e a crise de acumulação

Após o término da segunda grande guerra foi notável a estabilidade social e econômica atingida sob o regime de acumulação capitalista nos países centrais. Em função dos efeitos da Grande Depressão, para evitar uma nova crise de coesão social, alguma espécie de novo consenso social e econômico havia de ser gerado. Para Harvey (2007), essa nova ordem internacional surgiu e organizou-se em torno de acordos como o de Bretton Woods, além de órgãos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a ONU. Os Estados centrais no capitalismo global adquiriam características social-democratas e metas socioeconômicas que, além do crescimento econômico, privilegiavam o pleno emprego e o bem-estar de seus cidadãos, com o Estado atuando de forma autônoma. Os Estados Unidos experimentavam amplos déficits e uma posição importante internacionalmente na absorção de excedentes de produto da Europa e do Japão. O livre comércio e o câmbio fixo com base na conversibilidade dólar-ouro forneciam as bases para a ampliação das transações de comércio internacional, o que privilegiava as economias exportadoras.

Nos Estados sociais-democratas, modelo referido por Harvey (2007) como “liberalismo enraizado”, houve avanços nas políticas redistributivas, uma inserção social crescente por meio do consumo e o crescimento da relevância política e econômica dos sindicatos (ainda que circunscrita a alguns países europeus, principalmente). A ampliação dos gastos públicos alinhava-se com o receituário político-econômico keynesiano de políticas anti-cíclicas. Os fluxos de capital eram altamente regulados e a intervenção do Estado não consistia somente em complementar os mecanismos de mercado. Tratava-se de uma época onde ideologias como o fascismo e o comunismo, com destaque para o último, apresentavam-se como formas de oposição (bastante distintas) ao discurso dominante nos países centrais do capitalismo, além de desenvolverem-se variantes na periferia, cada qual ao seu modo, prometendo algum tipo de satisfação subjetiva e/ou material.

Na análise de Duménil e Lévy (2007), o compromisso keynesiano contrapunha-se ao poder das finanças, visando um equilíbrio de forças entre a iniciativa privada e a intervenção do Estado. O Estado não deveria interferir nas relações entre a gerência e as finanças, mas devia atuar na eliminação gradual dos rentistas com baixas taxas de juros. O controle sobre a utilização de recursos não deveria estar apenas na mão da iniciativa privada por não haver mecanismo descentralizado que garanta pleno emprego e algum controle sobre os ciclos de negócios. As finanças, portanto, tinham autonomia limitada em relação a mecanismos de crédito e suas operações deveriam ser reguladas local e globalmente. O recuo das finanças no controle da macroeconomia no compromisso keynesiano possibilitou que as firmas usufríssem de ciclos de negócios sujeitos a flutuações menos impactantes.

Com as expressivas taxas de crescimento da renda per capita, a parcela estável da renda nacional apropriada pela classe capitalista era satisfatória, enquanto trabalhadores observavam melhorias nas suas condições de vida. O incremento na renda dos trabalhadores possibilitou o consumo de bens duráveis, uma forma de sociabilidade antes inacessível. O capitalismo, por outro lado, seguia longe de ser ameaçado por mudanças drásticas com esse *status quo* relativamente consensual. Cabe ressaltar, como o faz Harvey (2007), que nos países do chamado terceiro mundo, a realidade passava longe do “liberalismo enraizado”, fazendo com que, na posterior conjuntura política, pouco se modificasse em suas condições de empobrecimento.

Durante essa etapa do capitalismo, dessa forma, se consolidam relações de longo prazo. Paralelas a alguma estabilidade no emprego, estavam a estabilidade do crescimento econômico e rentabilidade do capital, assim como dos investimentos de longo prazo em capital fixo. O fruto do trabalho excedente ainda era usufruído por poucos, mas o poder de barganha acumulado pela classe trabalhadora trazia uma melhora considerável. O consenso gerado pelo Estado de bem-estar social é relativo. Os avanços obtidos pela classe trabalhadora no período podem ser interpretados como resultado do embate entre trabalho e capital gerado pelas contradições internas do capitalismo como modo de produção. Essa luta por direitos pode ser encarada como a resistência à manutenção da alienação do trabalhador de seus meios de reprodução social e à subordinação social do trabalho ao capital (De Angelis, 1999).

Alguns economistas franceses procuram captar na noção de “regulação” os meios pelos quais se desenvolvem os movimentos das variáveis econômicas. Em trabalho sobre a crise de acumulação na economia francesa, Lipietz (1986) esquematiza alguns elementos do modo de regulação consolidado após 1945 que incluem contratos salariais de médio prazo e indexação dos salários nominais aos preços, a centralização do capital em grupos industriais e

financeiros e a atuação do Estado nas relações salariais e no controle da extensão da moeda-crédito em função da quantidade de moeda exigida pelas leis de evolução do sistema de salários e de preços nominais. Esses seriam alguns dos fatores constituintes do batizado modo de regulação “monopolista” diante do qual as condições de rentabilidade do capital mantiveram-se favoráveis por algum tempo.

A elevação da composição técnica do capital na França foi mascarada nos anos anteriores aos da crise de acumulação, para Lipietz (1986), pela ampliação do trabalho em equipe e o conseqüente aumento da produtividade social do trabalho – e da mais-valia obtida por trabalhador. Com o aparente esgotamento dos efeitos benéficos para o capital dessas novas formas de organização do trabalho, a composição orgânica do capital dispara, justamente na década do “estouro” da crise de acumulação. “O novo capital engajado produz cada vez menos mais-valia”, constituindo assim uma “superacumulação relativa” (Lipietz, 1986, p. 26). A observação feita pelo autor para a economia francesa pode aplicar-se a outros países centrais no capitalismo europeu na medida em que, com o término da segunda grande guerra, grandes contingentes de mão-de-obra são empregados e a revolução organizacional do trabalho também aplica-se a estes, além das trajetórias de lucratividade guardarem semelhanças mesmo com sistemas nacionais de regulação do trabalho diferentes.

Moseley (1991) ao referir-se à queda na taxa de lucro na economia norte-americana, segue na linha argumentativa de que uma tendência de queda da taxa de lucro seria inerente à dinâmica capitalista de competição pelo surgimento de condições desfavoráveis de mudança tecnológica. Há uma distinção no argumento do autor de que o aumento do produto por trabalhador teria provocado também uma maior necessidade de trabalhadores não-produtivos em setores como os administrativos, de vendas, marketing – entre outros – que dessem conta da realização dos lucros diante da maior quantidade de produtos e da elevação na velocidade de circulação. Esse aumento na proporção de trabalho improdutivo em relação ao produtivo seria, para o autor, um fator preponderante na insuficiência das contratendências à queda da taxa de lucro.

Desde 1945 até pouco antes do deflagrar da crise de acumulação, entre os anos setenta e oitenta, as melhorias na produtividade do capital e do trabalho nos EUA e nos países centrais capitalistas da Europa permitiram um aumento na taxa de lucro mesmo diante das pressões salariais. A generalização do fordismo como método organizacional possibilitou, em especial na Europa, um aumento significativo na produtividade do trabalho, enquanto a produtividade do capital também vinha crescendo. Esses aumentos de salário além disso asseguravam o crescimento da demanda efetiva e diminuían as possibilidades de

subconsumo. Ao longo do período, no entanto, as taxas decrescentes de crescimento da produtividade do trabalho já davam sinais de enfraquecimento das contratendências atuantes no aumento da taxa de lucro do capital. (DUMENIL E LEVY, 2005)

O panorama no sistema capitalista perto do final dos anos 1960 era complicado. As principais economias capitalistas começavam a apresentar taxas de crescimento inexpressivas. A taxa de lucratividade do capital caía nos principais centros do capitalismo, gerando problemas crônicos de superacumulação, que indicavam uma crise estrutural. A taxa de desemprego subia e a inflação mantinha-se alta. A pressão do Capital pela manutenção da rentabilidade traduzia-se em pressões pela flexibilização da legislação trabalhista e das amarras sobre a mobilidade. Esgotava-se um modelo que havia garantido décadas de crescimento e valorização, e instabilidades políticas começavam a ser observadas. (HARVEY, 2007)

Os Estados Unidos, nos anos 1970 – época de elevação no custo de matérias primas essenciais no circuito do capital - encontrando dificuldades de garantir a conversibilidade dólar-ouro em função de persistentes déficits no Balanço de Pagamentos, rompem com o acordo de Bretton Woods. Esse fim do padrão ouro tornaria absoluta a natureza fiduciária da moeda, já que essa deixaria de ter um correspondente do valor e passaria a representar um crédito genérico contra o produto nacional. O crédito é elemento-chave na extração de mais-valia, uma vez que adianta as possibilidades de expansão produtiva. Quando o próprio dinheiro não tem valor em si, mas é também uma contrapartida do produto nacional cujo valor só pode ser medido como poder de compra, todo o capital na forma dinheiro é capital fictício (TAUILE; FARIA, 1999).

2.3 O capitalismo contemporâneo

2.3.1 A ascensão neoliberal

Diante do panorama de estagnação econômica, observa-se à época o fortalecimento e a penetração no centro do debate político de um conjunto de ideias voltadas para a liberdade dos mercados. A Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947, foi importante polo na produção e difusão desses discursos, orbitando em torno de teorias de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman. Polarizavam-se assim dois discursos divergentes: de um lado a social-democracia e o planejamento central, e de outro, os adeptos da liberalização e desregulação do mercado (HARVEY, 2007). A predominância do neoliberalismo no

capitalismo contemporâneo faz da análise de suas enunciações e relações políticas uma importante ferramenta para a compreensão dos processos sociais correntes.

As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tornando-os como ‘os valores centrais da civilização’. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, que sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos dos indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos. (HARVEY, 2007, p. 15)

Há, no entanto, choques entre as enunciações do discurso neoliberal e a teoria econômica a ele relacionada, que geraram contradições em seu funcionamento prático. Os ideais de liberdade que permeiam quase que a totalidade do discurso neoliberal tratam de uma liberdade e cidadania jurídica que não necessariamente se concretizam. Enquanto a dignidade humana é central para o discurso, algumas das liberdades resultantes incluem, como destaca Polanyi (1956), a de explorar semelhantes e de estabelecer ganhos extraordinários sem qualquer retorno social. A dignidade humana propagada não considera a condição de subordinação do trabalho, tampouco a desigualdade social e a concentração de riqueza. Para Harvey (2007), a ideia de “liberdade” dentro do discurso neoliberal “degenera em mera defesa do livre empreendimento”, da plenitude da liberdade para os que não precisam melhorar sua renda, e aos desfavorecidos, direitos democráticos, não necessariamente efetivos, para a busca de proteção social.

A própria democracia, palavra central nas relações exteriores norte-americanas, na prática, é facilmente colocada de lado por ditaduras que garantam as liberdades de empreendimento diversas do capital internacional. Na América Latina houve alguns exemplos de ditaduras apoiadas pelos EUA e por elites regionais. No Chile, por exemplo, Pinochet assumiu após golpe militar, restringindo as liberdades individuais e promovendo a liberalização do mercado e privatizações que incluíam áreas de especial interesse social como as da saúde e da educação. O caso do Chile pode ser encarado como o primeiro exemplo de aplicação nacional do paradigma neoliberal. Processos democráticos foram defendidos no discurso proveniente dos países centrais somente até o ponto em que estes não interferissem, de forma alguma, no livre funcionamento do mercado (HARVEY, 2007).

Para a teoria neoliberal, as decisões econômicas tomadas pelo aparato do Estado estarão fadadas ao fracasso uma vez que há possibilidades da interferência de interesses políticos e não puramente econômicos. Somente atuações dos agentes diversos no mercado e a interpretação das informações contidas nos sinais de mercado, isto é, nos preços, podem ser

eficientes, uma vez que a centralização decisória geraria uma viesada interpretação das informações. O papel do Estado, então, deveria ser prover para esses agentes atuantes via mercado as condições necessárias para uma atuação livre de amarras, recorrentemente referida como “clima de negócios favorável” (HARVEY, 2007).

Para Duménil e Lévy (2007), a referência implícita ao “livre mercado” no discurso neoliberal é ambígua, uma vez que o livre comércio e a circulação internacionais de capitais são parte da essência neoliberal, enquanto intervenções e regulação do Estado permanecem atuantes. O Estado seria a expressão das configurações de poder prevalecentes, e assim não se findaram as políticas de intervenção como as keynesianas, que foram simplesmente direcionadas à elite proprietária. Alguns exemplos são a economia norte-americana e a chinesa, motores da economia mundial assumindo déficits orçamentários crescentes, ou economias periféricas com viés desenvolvimentista como a Coréia do Sul.

Na década de 1970, o monetarismo surgia como alternativa de política econômica, e já era implementado em alguns países capitalistas avançados, com o controle da inflação sendo priorizado em relação ao pleno emprego. A implantação efetiva do neoliberalismo no centro capitalista começou pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, com os governos de Thatcher e Reagan (HARVEY, 2007). Em ambos os governos - empossados entre 1979 e 1980 - o ataque político aos sindicatos se tornou efetivo, e greves foram combatidas agressivamente. Além disso, foram postas em prática políticas de trabalho que favoreciam o capital, com a flexibilização dos direitos trabalhistas. Os salários empurrados para baixo reestabeleceram a rentabilidade em algum grau, e a privatização de serviços públicos abriu novos ramos para a acumulação capitalista

Nos anos após sua implementação em dois dos principais centros do capitalismo, o neoliberalismo ganhou força política em grande parte dos Estados e organizações nacionais e internacionais. Desde o domínio como escola de pensamento em universidades que vão do centro à periferia até a adoção por parte de órgãos como o FMI, o neoliberalismo penetrou diversas sociedades consolidando-se como uma nova ortodoxia. Para Harvey (2007) são elementos chave do neoliberalismo a reorientação do Estado, rompendo com o pacto de bem estar social e voltando-se para a criação de um clima de negócios favorável, com política econômica de cunho monetarista, relações de propriedade bem definidas, leis trabalhistas flexíveis e o capital livre de regulação, conjunto de elementos incluso no receituário do chamado Consenso de Washington que tornou-se dominante na década de 1990. O desenvolvimento do neoliberalismo, no entanto, se deu por processos particulares em diferentes contextos e regiões.

A brusca alteração da política monetária dos Estados Unidos com o que ficou conhecido como choque Volcker, com elevação da taxa de juros, gerou confisco de parcelas significativas da renda nos países dos quais os norte-americanos eram credores. No México, na década de 1980, foi declarada moratória pela impossibilidade de arcar com os custos da dívida, enquanto outros países como Argentina e Brasil também tinham problemas financeiros. Essa crise da dívida e o fluxo amplificado de divisas para fora dos países periféricos na direção dos grandes centros financeiros seria usado mais tarde como alavanca para os programas de ajustes estruturais propostos pelo FMI. Com o domínio político neoliberal no órgão, os ajustes estruturais na periferia traduzir-se-iam na globalização do neoliberalismo. (HARVEY, 2007)

2.3.2 A acumulação no capitalismo contemporâneo

Para compreender as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos de capitalismo deve considerar-se o caráter do neoliberalismo em seus diferentes aspectos e interações, como uma teoria e modalidade de discurso e como um processo político. As modificações nos circuitos do capital estão intimamente ligadas às mudanças políticas ocorridas no âmbito dos Estados nacionais e dos órgãos internacionais associadas à ascensão neoliberal, fazendo com que o período atual do capitalismo seja referido na literatura propriamente como capitalismo neoliberal. A interpretação das mudanças significativas na sociedade contemporânea pode se dar a partir da ótica do capital, e da diversidade de processos desencadeados como resposta para a crise de sobreacumulação do pós-guerra.

Para Chesnais (1995), a compreensão dos processos recentes decorrentes da mundialização do capital é facilitada pela apropriação do conceito do capital como uma unidade diferenciada e hierarquizada, bem como dos três modos de existência e movimento do capital definidos por Marx: o capital engajado na produção que produz valor e mais-valia (único movimento cuja atividade não se restringiria somente à apropriação); o capital-mercadoria ou capital comercial; e o capital-dinheiro valorizado por meio de empréstimos e aplicações (as quais merecem especial atenção pela crescente importância no circuito do capital no capitalismo contemporâneo). Tais formas, para o autor, deveriam ser entendidas não como “momentos de um ciclo único, subordinado às necessidades de valorização do capital produtivo, mas como elementos de uma totalidade; diferenciações dentro de uma unidade” (CHESNAIS, 1995, p.7).

Uma saída para excedentes de capital que possuem dificuldades de valorização dentro de seus territórios de origem é o comércio exterior. As capacidades produtivas dos diferentes

países dificilmente são homogêneas em todos os setores, havendo assim oportunidades de realização de lucros através de exportações. O comércio exterior em geral favorece as áreas com o desenvolvimento mais avançado das forças produtivas, colocando outros territórios em posição desigual no comércio internacional, o que gera efeitos econômicos e políticos relevantes. Algumas vezes o fluxo de mercadorias oferece uma dupla vantagem ao capital de alguma nação que exporta mercadorias a um preço muitas vezes maior que o do mercado nacional enquanto recebe como pagamento matérias primas a preços mais baratos, protegendo a rentabilidade e fortalecendo tais economias nacionais.

A formação de um mercado mundial vai muito além do comércio internacional, incluindo fluxos de capital financeiro e produtivo. O escoamento de excedentes de capital na forma de mercadorias é apenas uma das possibilidades externas de rentabilidade que se pode encontrar. O capital pode ser exportado também na forma de investimentos, por exemplo. Os fluxos internacionais de capital e sua intensificação geram uma crescente complexidade nas relações do mercado mundial (CHESNAIS, 1995). O comércio internacional já estava bem estabelecido antes do presente momento, mas teve nos últimos trinta anos importantes modificações estruturais além de crescimento elevado. Os principais mercados e fluxos comerciais em expansão se deram em torno dos países com indústrias emergentes, com destaque para a China e a Índia.

Segundo Chesnais (1995), têm ocorrido mudanças na importância relativa dos fatores geradores de interdependência. O investimento internacional se sobrepõe à importância das trocas, passando a moldar as estruturas predominantes de produção e intercâmbio de bens e serviços. A internacionalização é potencializada por instituições bancárias e financeiras globais, que facilitam fusões e aquisições transnacionais. Para o autor, é pelo capital produtivo que deve começar a análise dos desenvolvimentos recentes do capitalismo. Primeiramente porque foi na base do fordismo nos “30 anos gloriosos” que acumulou-se, a partir de lucros não reinvestidos, a massa de capital-dinheiro concentrada que está se valorizando na esfera financeira. Além disso, foi a partir da acumulação no setor industrial que as tendências à sobreacumulação se reafirmaram.

As diferenças entre capacidades produtivas e preços de fatores entre regiões capitalistas representam ao capital sobreacumulado a possibilidade de realizar maiores taxas de lucro. E essa expansão do capitalismo tem se acelerado com o crescimento da importância da mundialização no circuito do capital (CHENNAIS, 1995). Essa ampliação tem se dado pelo escoamento de capitais excedentes dos centros do capitalismo para a periferia, e pela predominância de corporações multinacionais baseadas no centro controlando os processos

produtivos. A busca do capital por mercados de trabalho de baixo custo e tributação favorável gera uma espécie de concorrência perversa entre regiões pela atração de capitais, que pode gerar a perda de direitos e o aumento das desigualdades (HARVEY, 2007).

Hoje, pode-se falar em um mercado de trabalho global na medida em que o capital busca ampliar sua rentabilidade movimentando-se para áreas com reduções de custos trabalhistas. Áreas de países industrializados passam por processos de desindustrialização, com a mobilidade do capital para regiões que ofereçam custos de produção mais competitivos, gerando desemprego mesmo nas regiões centrais do capitalismo (HARVEY, 2007). Intensificam-se as pressões políticas do capital por “flexibilidade” e por mudanças institucionais que favoreçam a competitividade local. Se antes havia competitividade entre regiões na produção, o que já poderia ser visto como uma globalização do mercado de trabalho, as forças políticas alinhadas com os interesses dos trabalhadores tinham conquistas relevantes em determinadas regiões. A desregulação dos movimentos do capital e a fragmentação social obtida ao longo dos anos de neoliberalismo fez com que os mercados de trabalho locais passassem a ter seu funcionamento cada vez mais vinculado às “pulsões” do mercado mundial (DRUCK, 2011).

A generalização das tecnologias da informação criou possibilidades que foram utilizadas pela indústria e nas comunicações, resultando em mudanças na relação entre capital e trabalho nos setores industriais e na organização de processos de internacionalização. Facilitou-se, assim, a implantação de novas formas de organização como a *lean production* e a produção *just-in-time*. Os investimentos estrangeiros diretos, de crescente importância, estão concentrados entre os países capitalistas avançados. E, além disso, concentram-se em operações de fusões e aquisições de empresas já existentes. Investimentos geradores de pouco dinamismo, por relacionarem-se mais com a transferência de propriedade que à criação de novos meios de produção. Esse padrão de investimentos internacionais potencializa uma oligopolização do mercado mundial. (CHESNAIS, 1995)

Segundo Duménil e Lévy (2007), durante a fase atual do capitalismo, ocorrem também importantes mudanças na governança corporativa capitalista. A disciplina empresarial torna-se cada vez mais subordinada ao capital proprietário de ações. Além disso, os lucros são menos retidos para reinvestimento e fluem para os proprietários em razão crescente. A tendência na organização produtiva tem sido de transferir riscos para subsidiárias menores, subcontratação de trabalhadores e cortes em despesas. Investidores animam-se ao ouvir sobre *downsizing* empresarial e as ações no mercado secundário podem se valorizar, mesmo que

isso signifique uma redução de custos, sem que haja investimento em nova capacidade produtiva.

Por mais que na indústria tenham sido observados os desenvolvimentos das contradições do modo de produção capitalista que geraram a crise de acumulação do modelo estabelecido no pós-guerra, os últimos desenvolvimentos capitalistas urgem também a atenção a seus outros circuitos e relações. O circuito do capital como dinheiro, D-D', é descrito por Marx (1894) como a forma mais fetichizada de capital por remeter à ilusão que o dinheiro por si só poderia produzir mais-valor. Este circuito tem se tornado hoje preponderante nas relações de propriedade capitalista. A desregulação financeira e a internacionalização do capital produtivo deram ao capital fluidez entre diferentes regiões e empreendimentos na sua forma de capital-dinheiro, e em uma velocidade de circulação maior, que favoreceu o surgimento de um alto grau de concentração de riqueza e de uma acumulação predominantemente financeira a nível mundial (TAUILE; FARIA, 1999).

Com a queda dos salários e da proporção da massa salarial em relação às rendas nacionais, condição para o reestabelecimento da rentabilidade no circuito produto, deterioriza-se a demanda efetiva, gerando problemas no âmbito da realização dos lucros. Esse problema foi aparentemente neutralizado pela ampliação do crédito de consumo. Porém, a ampliação do crédito de consumo para trabalhadores com suas condições de renda deterioradas traz riscos óbvios de inadimplência (HARVEY, 2007). A ampliação do crédito de alto risco veio acompanhada de inovações financeiras no âmbito da securitização das dívidas que, não obstante, tornaram-se importantes veículos de especulação (CROTTY, 2009).

A taxa de câmbio passou a ser definida pelas relações do mercado de capitais com as taxas de juros, não sendo mais fixada pelos bancos centrais. Os Estados nacionais não têm alternativa que não alinhar sua política monetária para evitar flutuações excessivas e ataques especulativos às suas moedas. A cotação das moedas, sujeita à especulação, propiciou a emissão de títulos derivativos e de dívidas internacionais, operações que cresceram rapidamente junto às dívidas nacionais. Destaca-se o crescimento do mercado secundário de títulos, ações e outras inovações financeiras como debêntures e securitização. Nesse mercado, o crédito com contrapartida produtiva já foi criado previamente. Os papéis tem portanto alguma correspondência com a extração de mais-valia. No entanto, a flutuação de valores na esfera financeira e a especulação possibilitariam uma valorização em parte fictícia, com movimentos aparentemente autônomos, e ciclos de valorização descolados dos ciclos reais (TAUILE; FARIA, 1999).

Para Duménil e Lévy (2007), as inovações na organização e as condições favoráveis de mudança tecnológica, além da redução do custo do trabalho, trouxeram alguma restauração da rentabilidade nos setores produtivos, especialmente a partir do final dos anos 1980, enquanto as condições do crédito e os novos fluxos comerciais ofereciam mercados de consumo. Desde meados dos anos 1990, por outro lado, a rentabilidade no setor financeiro ultrapassou e seguiu distanciando-se da rentabilidade de corporações não financeiras - considerados EUA e França como amostra (DUMÉNIL; LÉVY, 2001). Como seria de se esperar, os capitais avançaram rumo às corporações financeiras quando a taxa de rentabilidade nesse setor inflou-se, reafirmando o caráter rentista do capitalismo contemporâneo.

Na véspera do século XXI, a economia mundial, efetivamente, carrega a marca cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, cujo funcionamento parece estar subordinado, de modo crescente, às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (*mutual investments funds*) e os fundos de pensão. O poder, senão a própria existência, deste capital-dinheiro, [...] é sustentado pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do planeta a qualquer que seja o custo. (CHESNAIS, 1995, p.2)

As marcas do capitalismo contemporâneo seriam, então, a predominância de políticas neoliberais; a mundialização do capital produtivo, com grandes concentrações e um oligopólio mundial na oferta de bens; investimentos geradores de pouco dinamismo e trajetórias pouco expressivas de melhoria na rentabilidade do capital industrial; flutuação no mercado do câmbio e desregulação sobre os fluxos de capital; processos de desenvolvimento geográfico desigual combinados à alta mobilidade de capitais que geram alta seletividade territorial e volatilidade nos investimentos; e a formação de uma massa de capital concentrada que busca a valorização dentro de sua forma dinheiro, com rentabilidade crescentemente descolada de expansões produtivas e com tempo de comutação instantâneo, dando um caráter cada vez mais volátil à economia mundial.

A concentração de renda e a parcela de riqueza na mão dos proprietários segue um padrão bem definido de aumento, onde são relevantes as transferências de baixo para cima e novos padrões de apropriação de renda. A permanência de formas predatórias de acumulação é elemento corrente no capitalismo. O panorama político com predominância neoliberal e os desenvolvimentos recentes do capitalismo contemporâneo, associados à internacionalização, concentração e fluidez do capital, geraram uma aceleração do processo de expansão geográfica do capitalismo que visava dar soluções ao capital sobreacumulado gerado nas décadas de expansão do período pós-guerra. A inserção de cada vez mais regiões no circuito mundial da acumulação se deu de forma seletiva e volátil e os direitos trabalhistas, por exemplo, se deterioraram. A forma como se deu essa aceleração no processo de

mundialização do capital, bem como a configuração de poder favorável ao capital, favoreceram a intensificação de formas de acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo.

2.4 Acumulação por espoliação

Os processos de acumulação por espoliação conectam-se ao processo de acumulação do capital pelas necessidades de alocação do capital sobreacumulado. A acumulação por espoliação é importante para o processo de acumulação por liberar um conjunto de ativos a custo muito baixo, ou mesmo de graça, possibilitando aplicações rentáveis do capital sobreacumulado (HARVEY, 2003). No caso da acumulação primitiva, isso incluía por exemplo a apropriação privada da terra e os processos de proletarização. Desde a crise de rentabilidade dos anos 1970, o grande volume de excedentes de capital gerados no período anterior foi mobilizado em diversas formas de acumulação, algumas das quais envolveram processos de espoliação, com a abertura de novos objetos para acumulação de capital.

Em sua narrativa, Marx (1867) discorre sobre a chamada acumulação primitiva, pré-requisito para a acumulação capitalista, sendo aquela o processo histórico de separação do trabalhador dos meios de reprodução social. Essa separação ocorreu a partir de formas predatórias de acumulação, como o cerceamento dos campos comuns e a mercantilização da terra e, no campo externo, os empreendimentos coloniais, ambos com atuação relevante do Estado. O que define as relações de produção no capitalismo e subordina o trabalho ao capital é esse distanciamento. O trabalhador só está “liberado” para vender seu trabalho quando não possui acesso a meios próprios ou coletivos de subsistência, e o capital em vista disso age no intuito da dissolução destes. O capital trata a força de trabalho como uma mercadoria, relegando o sujeito que trabalha à condição de objeto, mero meio de valorização, dentro dos processos produtivos.

Dentro da literatura Marxista, há diferentes interpretações quanto ao conceito de acumulação primitiva. Uma leitura recorrente é de que na teoria de Marx, essa forma de acumulação predatória encontra-se confinada a um período, sendo chamada de acumulação originária. De Angelis (1999) considera que o arcabouço teórico de Marx inclui passagens que apontam para a continuidade da acumulação primitiva e a criação de novas formas desta ligadas aos limites da reprodução expandida do capital. Um dos primeiros conflitos gerados pelo surgimento do modo de produção capitalista foi a resistência da separação dos indivíduos de seus meios de subsistência e a conseqüente proletarização por meio de processos predatórios. Para o autor, a continuidade da acumulação primitiva pode ser interpretada como

a recriação e ampliação dessa condição de separação, que se dá a partir da ruptura do capital de barreiras sociais (de resistência ao mercado *à la* Polanyi). Essas barreiras sociais seriam formas sociais novas ou remanescentes de produção e consumo não capitalista ou de resistência ao mercado.

O termo utilizado por Marx (1867) tem origem na economia política clássica, e, ainda que tenha seu sentido criticamente revisitado, parece manter um sentido pretérito, e não de continuidade. Falar em “nova” acumulação “primitiva” é, de fato, semanticamente controverso. Em sua leitura, Harvey (2003) utiliza-se do conceito de acumulação por espoliação para referir-se, para além de processos de acumulação primitiva, do surgimento de formas de acumulação de alguma forma análogas, mas inteiramente novas, que seriam proeminentes no capitalismo hodierno. O conceito inclui as formas de acumulação primitiva, relacionadas a novos processos de proletarização, mas abarca também influências da expansão política do capital sobre a sociedade contemporânea e suas diversas formas de produção social, como extração de renda por direitos intelectuais e patentes, a perda de direitos comuns adquiridos pelos trabalhadores, privatização de propriedades estatais e a conversão de direitos comunitários em propriedade privada.

Harvey (2003) utiliza-se do conceito de acumulação por espoliação na apresentação de sua ideia sobre novas formas de imperialismo. Sua teoria do imperialismo apresenta os elementos da expansão da teia de relações e territórios do capitalismo de Rosa Luxemburgo (1968) e a ideia de Hannah Arendt (1968, apud HARVEY, 2003, p.119) de que formas de acumulação primitiva seriam “uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo”, pela necessidade do capitalismo de um fundo de ativos previamente fora de seu alcance para contornar os problemas de sobreacumulação. Se esses ativos não estivessem disponíveis, o capitalismo teria que produzi-los de alguma maneira. Essas possibilidades, segundo Harvey (2003), não seriam consideradas por Marx em seu esquema reprodutivo, exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva devido ao desemprego induzido pela tecnologia. Para Arendt, “a acumulação interminável do capital requer a acumulação interminável de poder político” (1968, apud HARVEY, 2003, p.117).

Esse novo período do imperialismo, no capitalismo contemporâneo, para Harvey (2003), é pautado pelas necessidades de alocação do capital sobreacumulado, que em sua busca por rentabilidade desencadeia processos de acumulação por espoliação. O conceito de acumulação por espoliação é utilizado como ponte para a explicação do processo de expansão dos limites territoriais, políticos e socioeconômicos da acumulação de capital, e expõe uma

constante tensão política interna nas regiões capitalistas e em grupos e regiões não capitalistas sobre os quais o sistema de mercado e sua forma própria de relações sociais avançam. Essas interações ocorrem em contextos específicos, com relação a diferentes aspectos sociais ou territórios, e diferenciam-se das tensões políticas diretas entre capital e trabalho no interior do processo produtivo, embora possuam ligações com estas e com o circuito do capital.

Para Harvey (2007), a hegemonia de políticas neoliberais teve como grande realização não a criação de riqueza e renda, mas a redistribuição de renda de baixo para cima. Essa tendência se daria através da acumulação por espoliação. Sob essa categoria, inserem-se a mercantilização e privatização da terra (e consequente expulsão ou subordinação de populações camponesas), a mercantilização do trabalho e supressão de formas não capitalistas de produção e consumo, processos neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais), a taxação da terra, entre outros.

O caráter contemporâneo desses processos daria-se pelo uso do sistema de crédito como “meio radical de acumulação por espoliação”, bem como por formas inovadoras de valorização como a extração de renda por patentes e pela conversão de propriedades comuns, coletivas e estatais em direitos proprietários exclusivos. Para Harvey (2003, p.122), “A acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”. Os mecanismos de acumulação por espoliação envolvem processos semelhantes. No contato com a sociedade e suas formas de resistência em relação à lógica dos mercados, os processos de acumulação por espoliação podem conter elementos de violência, confronto e supressão, mas também apropriação e cooptação de elementos econômicos e culturais comuns.

Bollier (2003) apresenta uma narrativa sobre pressões políticas do mercado que ameaçam formas de propriedade coletiva como *commons* e bens públicos. É utilizado pelo autor o termo *enclosures*, pela referência ao movimento dos *enclosures* ocorrido na Inglaterra, onde ocorreram cercamentos de terras e a dissolução de meios coletivos de subsistência. O autor apresenta a ideia de um mercado em constante tensão com a sociedade (como Polanyi) e em busca de novas oportunidades e meios de extração de renda, gerando “cerceamentos do mercado”. Esses *market enclosures* aos quais Bollier (2003) se refere são semelhantes às formas de acumulação descritas sob o conceito de *acumulação por espoliação* por Harvey (2003). A maior parte dos processos descritos por Bollier (2003) teve desenvolvimentos recentes, associados aos avanços do sistema de mercado sobre outras formas sociais de produção nas últimas décadas.

A acumulação por espoliação relaciona-se com avanços do sistema de mercado não somente para novos territórios, mas também com rupturas sociais nos territórios onde já desenvolveram-se forças produtivas capitalistas. Os avanços associados à acumulação por espoliação dizem respeito, portanto, não somente à lógica de expansão territorial do capitalismo e a novos episódios de acumulação primitiva, mas também a avanços como a privatização de bens públicos e os decorrentes da interação do sistema de mercado com formas “dissonantes” de interação social como os *commons*. A privatização de bens públicos constitui um dos principais meios de desapropriação, bem como a ampliação dos limites legais à propriedade e a transmutação de direitos de propriedade comum em direitos exclusivos, com a expansão dos limites da mercantilização (HARVEY, 2003).

Até o presente momento, a narrativa foi direcionada para o centro do capitalismo, e aos movimentos decorrentes da dinâmica de acumulação e internacionalização do capital. Foi possibilitada a análise de um contexto socioeconômico, e a indicação de alguns processos por onde foram potencializadas as formas de acumulação por espoliação a níveis internacional e local. No próximo capítulo, são apresentadas narrativas sobre alguns dos exemplos de acumulação por espoliação, para possibilitar a observação de algumas características gerais e singulares atuantes nesses processos. Uma parte dos exemplos a serem abordados não é tratada pelos autores referenciados a partir do conceito de acumulação por espoliação, mas referem-se a formas de acumulação e a processos políticos, econômicos e sociais abrangidos por este.

3. ESPAÇOS E OBJETOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

3.1 A perda de direitos dos trabalhadores

A precarização do trabalho insere-se em um contexto amplo de espoliações ocorridas no período neoliberal. Essa desarticulação de conquistas trabalhistas e o discurso de auto responsabilização e empregabilidade constituem estratégias de dominação do capital sobre o trabalho que permeiam a condição salarial atual. As mudanças ocorridas na esfera do trabalho vão além das condições de sua remuneração no processo produtivo. A adoção de sistemas de metas de produtividade e outras novas formas de controle no processo produtivo intensificam a condição de subordinação do trabalho. Além disso, ainda existem e são criadas novas condições de trabalho análogo à escravidão. A precarização do trabalho envolve a perda de direitos comuns adquiridos. Mudanças no âmbito dos sistemas de seguridade social do Estado, como seguro desemprego, saúde e educação pública envolvem a perda de direitos comuns conquistados pela luta de trabalhadores (HARVEY, 2003).

Para De Angelis (1999), uma das formas de enxergar a perda de direitos trabalhistas é a da ruptura de barreiras sociais erguidas pela resistência dos trabalhadores à acumulação de capital. Essas rupturas, na forma da perda de direitos adquiridos, ou de novos processos de proletarianização, seria uma forma remanescente de acumulação primitiva. Essa resistência à separação dos trabalhadores dos meios de produção é elemento central na luta de classes descrita por Marx. A derrubada de avanços obtidos pela luta dos trabalhadores seria, para o autor, uma forma de recriação das circunstâncias dessa separação. O autor dá a entender que em sua concepção os avanços políticos do capital na forma de reduções salariais ou aumentos na carga de trabalho seriam formas de intensificação da exploração e reprodução política da alienação de trabalhadores de seus meios de produção, de reafirmação das condições da acumulação primitiva.

Durante os últimos quarenta anos, a flexibilização dos direitos trabalhistas tem ganhado força e amparo legal no âmbito dos Estados. Para Krein (2013), a flexibilidade teria dois sentidos bem definidos: “[...] possibilitar maior liberdade às empresas nas condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho [...] ajustes no volume e no preço da força de trabalho” (Krein, 2013, p.11). Isso se deu pela derrubada de direitos e benefícios trabalhistas. O projeto de lei da terceirização em trânsito no senado brasileiro, que inclui atividades fim de empresas e mesmo funções públicas no Brasil insere-se nesse contexto.

Com relação ao Brasil, Druck (2011) expõe em seu trabalho alguns tipos de precarização social que se observam a partir dos movimentos ocorridos nas relações de

trabalho. O mercado de trabalho brasileiro é heterogêneo e segmentado, estruturalmente vulnerabilizado e com formas de inserção precárias, com a existência de um contingente de quase 51% dos ocupados com remuneração sem carteira assinada, segundo dados da PNAD 2009. Outras formas de precarização são a intensificação do trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas ocorridas dentro dos novos padrões organizacionais, como a extensão da jornada de trabalho, sistemas de metas de produtividade e controle coletivo, polivalência, a regulamentação da terceirização, sistemas de pagamento com ações, entre outros. A terceirização, para a autora, é explicada pela supremacia da lógica de acumulação financeira que, “no âmbito do processo de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões” (Druck, 2011, p. 49).

No âmbito produtivo, a precarização do trabalho associada às mudanças organizacionais leva a uma intensificação na exploração da mais valia-relativa, e a aumentos na intensidade do trabalho realizado, além de em alguns casos levar a ampliação da mais-valia absoluta, como no caso de trabalhadores que possuem mais de um emprego de tempo parcial e/ou de caráter temporário, ou de jornadas extensas em países com baixa proteção aos direitos trabalhistas. A redução de direitos dos trabalhadores pode, assim, elevar a rentabilidade do capital. Por se tratarem de relações entre capital e trabalho no âmbito da reprodução expandida, alterações nas condições de remuneração do trabalho não entrariam no conceito de acumulação primitiva, ao qual poderiam, por outro lado, ser associados os novos processos de proletarização (HARVEY, 2003).

A liberdade crescente dos fluxos de capitais levou a uma intensificação da constante busca por oportunidades lucrativas e redução dos custos trabalhistas. A desarticulação de avanços derivados da resistência trabalhista na oposição entre capital e trabalho pode ser interpretada como uma contraofensiva do capital, em busca de soluções para a crise de rentabilidade dos anos 1970. Além das pressões políticas no interior dos territórios capitalistas, a expansão do capitalismo sobre novos territórios ocasionou processos novos de proletarização, que envolvem “um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados” (HARVEY, 2003, p. 122).

A perda de direitos comuns adquiridos na luta de classes, como o direito à aposentadoria pública ou seguro desemprego, e a sistemas públicos de saúde e educação são formas de acumulação por espoliação. Harvey (2007) cita a perda de direitos dos trabalhadores sob a categoria de *redistribuições via Estado* entre os objetos de acumulação

por espoliação, onde enfatiza essa perda de direitos de bem-estar anteriormente conquistados no âmbito do Estado. Como perda de direitos dos trabalhadores, refere-se em alguma medida à perda de direitos comuns de toda a população, que são impactantes sobretudo para aqueles indivíduos que encontram-se em uma situação de vulnerabilidade social.

3.2 As finanças como meio de acumulação por espoliação

A crescente importância do setor financeiro no capitalismo contemporâneo, como discutido anteriormente, serviu como uma espécie de catalisador político do capital. A influência indireta das finanças perpassa a maioria dos processos de acumulação por espoliação. Para Harvey (2007), as finanças em geral e as instituições de crédito formam uma espécie de “cordão umbilical” que conecta a reprodução expandida do capital com os processos de acumulação por espoliação. Diretamente, as finanças relacionam-se, por exemplo, com alterações de políticas fiscais e monetárias que trouxeram a sustentação de altos ganhos de renda fixa pelas elevadas taxas de juros presentes no terceiro mundo para atrair capitais – de caráter rentista - ou pela redefinição de códigos tributários aliviando tributos das parcelas mais ricas da população. Suas influências diretas, no entanto, vão além do padrão de políticas econômicas adotadas pelos países capitalistas. Processos de espoliação de ativos são desencadeados no interior de instituições financeiras.

A financeirização é indicada por Harvey (2007) como um dos principais meios do fortalecimento contemporâneo da acumulação por espoliação. O afrouxamento das amarras das finanças conquistado pelo capital durante o período neoliberal permitiu ao sistema financeiro tornar-se um dos principais meios de redistribuição de ativos e meio de escoamento de capital sobreacumulado. As operações financeiras são marcadas por fraudes, processos predatórios de fusão e aquisição sobre ativos sujeitos a desvalorizações condicionadas, níveis de endividamento elevados de populações e Estados e da espoliação de ativos por manipulações no mercado de crédito, títulos e ações.

James Crotty (2009), ao descrever o que chama de falhas estruturais da nova arquitetura financeira, coloca em evidência um conjunto de incentivos perversos em atuação no mercado financeiro. A remuneração de operadores por transação realizada, independente de seus resultados, tem gerado fortes incentivos à realização de transações supérfluas (*churning*). Também há incentivos à ampliação de empréstimos de risco, a partir da renda gerada pelos emprestadores, do papel das agências de classificação de riscos e de outras organizações a partir da securitização de dívidas. Independentemente dos resultados e perdas nos empréstimos securitizados, o ganho gerado em torno de operações com esses papéis é

retido. O bônus de operadores e executivos após o deflagrar da crise de 2008 mostra-se em patamares mais elevados do que os obtidos na fase de expansão que a precedeu.

A ocorrência de empréstimos predatórios a taxas de juros ilegais tem sido um relevante meio de acumulação por espoliação há algum tempo. Lojas de penhores, por exemplo, cobram taxas muitas vezes absurdas pela devolução dos bens, extraindo renda de populações empobrecidas. Outro problema é o dos *loan sharks*, emprestadores ilegais conhecidos por cobrarem elevadas taxas de juros e por exigirem o empenho de bens valiosos como garantia pelos empréstimos. Em redutos de imigrantes em Nova York, relutantes em procurar bancos por empréstimos, a maior parte da população procura os *loan sharks*. Em grande parte dos casos, o não pagamento do montante de dívida ocasiona a expropriação de importantes ativos das populações por parte dos emprestadores (FILKINS, D. 2001).

Nas instituições financeiras, com as inovações no âmbito da securitização e os incentivos a empréstimos de risco, empréstimos com elevadas taxas de juros são realizados para populações com rendimentos baixos (CROTTY, 2009). Esse tipo de empréstimo acaba sendo semelhante ao realizado pelos *loan sharks*, pois envolve a possibilidade de expropriação de populações vulneráveis, com a grande diferença de que, dentro das instituições financeiras, empréstimos predatórios tornaram-se legais. No caso dos financiamentos imobiliários, inúmeros empréstimos predatórios transformaram o sonho da casa própria de populações empobrecidas em ferramenta de expropriação e redistribuição de renda rumo às instituições financeiras (HARVEY, 2007).

Harvey (2007) discorre sobre o que considera ser a manipulação de crises financeiras. O irromper das crises desvaloriza ativos e promove transferência dos mesmos para aqueles com meios disponíveis de gerar crédito, dando rumos ao capital sobreacumulado. Um exemplo disso é a chamada “deflação confiscatória”, presente na crise asiática do final da década de 1990 e na crise atual. Para não falar nos grandes pacotes de resgate de instituições financeiras pelo Estado e organismos internacionais, uma forma de transferência direta de fundos públicos para as mãos da iniciativa privada. A administração de crises e resgates permite desvalorizações localizadas, criando novas oportunidades rentáveis, sem, no entanto, botar em grandes riscos o sistema de acumulação como um todo (HARVEY, 2007).

O uso especulativo dos capitais de fundos de pensão pode levar à perda dos direitos de aposentadoria de um enorme contingente de pessoas. O colapso de ativos viáveis em crises financeiras e surtos localizados de desvalorização, associados à crescente volatilidade da economia mundial sob a hegemonia financeira, têm gerado grandes transferências de propriedade a preços subvalorizados. A rede das dívidas nacionais e a manipulação de taxas

de juros semelhante à ocorrida no choque Volcker levou a uma intensificação dos fluxos de capital da periferia para o centro financeiro do capitalismo.

3.3 Espaços urbanos

Desde 1970, tem se consolidado um novo modelo de governança dos espaços urbanos. O padrão de planos diretores e zoneamentos urbanos tem dado lugar a um planejamento competitivo, flexível e amigável para com e orientado para o mercado (VAINER, 2010). A gestão das cidades por parte do Estado tem sido voltada para a atração de capitais e para o turismo. Para o autor, a governança das cidades passa a funcionar de forma análoga a de uma empresa, em busca de oportunidades lucrativas, subvertendo o planejamento orientado ao interesse comum em um modelo de exceção, de negociação flexível caso a caso.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativas, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (VAINER, 2010, p.10)

Exemplos de exceções são os megaeventos como a Copa do Mundo FIFA e as Olimpíadas. Tanto a FIFA quanto o Comitê Olímpico Internacional e as empresas a estas associadas durante os megaeventos são aliviadas de suas obrigações legais no pagamento de impostos. Autorizações especiais e isenções tornam-se a nova regra no estado de exceção. Esses eventos, declarados de “interesse público” pelo discurso de governos, trazem consigo grandes projetos de infraestrutura, e grandes modificações nos espaços urbanos correspondentes (VAINER, 2010). Grande parte dessas obras e construções passa pela iniciativa privada recebendo verbas públicas, algumas vezes, na construção de infraestruturas urbanas, outras, na construção de estruturas privadas. Essas grandes modificações nos espaços urbanos que precedem esses eventos desapropriam moradias de um grande contingente de pessoas, que não recebem contrapartidas adequadas às suas perdas.

Mas não é só por meio de grandes eventos que o Estado mobiliza-se como facilitador da acumulação por espoliação nas cidades. Têm se tornado comuns as concessões de terrenos públicos para a execução de empreendimentos privados. Em outros casos, terrenos inutilizados por dívidas imobiliárias não pagas por entes privados há décadas são reapropriados. Em parte desses casos, as áreas não utilizadas passaram por processos de ocupação, e deram abrigo a comunidades inteiras, em busca do direito a moradia.

Concessões de terrenos para empresas privadas têm levado a grande número de expropriação de moradias, sem o pagamento de compensações adequadas. A declaração de áreas especiais de interesse social em ocupações pela moradia é cada vez mais rara. O pagamento do aluguel social para aqueles que tiveram suas moradias expropriadas, seja por estarem ocupando áreas, ou por projetos urbanos que utilizam as áreas de suas comunidades, é uma compensação muitas vezes insuficiente para a manutenção de uma moradia, e que muitas vezes sequer é paga (VAINER, 2010). A realocação também pode trazer grandes malefícios para as vítimas, pela dissolução de laços sociais e econômicos que os moradores das comunidades possuem em torno das áreas de suas moradias.

No Brasil, talvez o exemplo mais conhecido de acumulação por espoliação enquanto expropriação de moradias seja o da comunidade do Pinheirinho. A propriedade do terreno seria vinculada à massa falida da empresa Selecta, de propriedade do megaespeculador Naji Nahas, que devia somente à prefeitura de São José dos Campos mais de 40 milhões de reais entre multas e IPTU. Tais direitos proprietários foram inclusive sujeitos a contestações por parte do Ministério Público Federal, sob suspeitas de fraudes nos títulos de propriedade do terreno. Em 2012, período onde foi definida a reintegração de posse da área, mais de 6 mil pessoas viviam no terreno, abandonado pelos supostos proprietários e servindo apenas à especulação imobiliária. Essas famílias, em situação de vulnerabilidade, haviam ocupado a área em busca de habitação. No processo de retirada dos ocupantes da área, houve uma grande mobilização de forças policiais do Estado, o que deu origem a uma verdadeira batalha, com inúmeros feridos e supostos mortos. Neste caso, ilustra-se como direitos considerados inalienáveis de uma comunidade inteira, que ocupavam a área a anos, foram desconsiderados diante da defesa do direito à propriedade. (MONTENEGRO, 2013)

Há inúmeros exemplos de privatização de espaços públicos, como o que se passa no Cais Mauá em Porto Alegre, com um projeto de construção de centros de compra e torres em uma área pública e de valor histórico e cultural para a cidade. Em Recife há outro exemplo que vale ser mencionado, o do projeto de privatização do Cais Estelita. Também localizado em área portuária e de valor histórico e cultural, o projeto tem gerado enorme mobilização social (MARTINS; MOREIRA, 2014).

Nos últimos anos, foi observada grande valorização imobiliária na cidade de Recife. Áreas que antes atraíam pouco interesse imobiliário tornaram-se alvo de especulação. Uma delas foi o Cais José Estelita, área portuária de aproximadamente 10 hectares. Foi realizada licitação pública para a concessão da área, da qual participou somente um concorrente, o Consórcio Novo Recife, formado por algumas das maiores construtoras do Estado

pernambucano - e que possuem participação em outros empreendimentos semelhantes - Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G.L. Empreendimentos e Ara Empreendimentos. O Projeto Novo Recife prevê a construção de mais de 10 torres e de até 40 pavimentos na área do cais. “Assim como vários outros empreendimentos de grande impacto na capital pernambucana, o Projeto Novo Recife não foi antecedido do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que, após feito, deve ser apresentado à população, para que possibilite o exercício da gestão democrática, como manda o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001.)” (MARTINS; MOREIRA, 2014).

Não obstante a ausência do EIV e de estudos adequados de impacto ambiental, assim como outros empreendimentos que proliferam-se em diversas áreas pelo país, a demolição dos armazéns do Cais José Estelita foi iniciada. No entanto, inúmeros manifestantes compareceram no local e conseguiram com sucesso impedir a demolição completa. No dia seguinte a continuação da demolição foi impedida por uma liminar judicial obtida pela IPHAN. O Ministério Público Federal também move ações judiciais contra a legalidade da licitação. As manifestações sociais contra o projeto geraram a ocupação da área, contando com indivíduos de matizes sociais diversas e manifestações artísticas e políticas, dando origem a um movimento em prol do direito à cidade, contra a privatização dos espaços urbanos. (MARTINS; MOREIRA, 2014)

3.4 Água: de dádiva a mercadoria

Uma frente de espoliação que pode servir como uma imagem da amplitude de tais processos é a da privatização da água. A narrativa da privatização da água serve como uma forma clara e direta de explicitar importantes encadeamentos políticos diretamente ligados com os movimentos do capital e a reorientação do Estado e dos acordos internacionais. Para compreender a importância da água, a primeira coisa que deve ser considerada é que a água é essencial para todas as formas de vida presentes no nosso planeta e o equilíbrio ecossistêmico. Não há vida sem água, para plantas e animais.

A água é uma dádiva natural, e não é, assim, uma mercadoria como qualquer outra, pois não é produzida. Bollier (2003) ressalta que há, especialmente no ocidente, uma espécie de vício cultural de dar como garantida a disponibilidade de água, afinal, a Terra é o “planeta água”. Porém, menos de metade de um por cento da água mundial encontra-se disponível como água fresca. Com o grande aumento da população mundial, aliado à expansão da indústria, com elevado uso e poluição da água, essas fontes de água limpa tornam-se cada vez menos disponíveis. Sendo assim, para a lógica dos mercados, a água constitui um bem

escasso com demanda inelástica, não uma mercadoria qualquer, mas uma mercadoria com um potencial de rentabilidade único.

Para Vandana Shiva (2006), os megaprojetos de água, financiados muitas vezes por recursos públicos, beneficiam sobretudo construtoras, indústrias e grandes agricultores. Existem, pelo mundo, além de serviços públicos de fornecimento de água, inúmeros exemplos de manejo e controle comunitário da água. Se o discurso de privatização dos serviços de abastecimento de água refere-se a um recuo do Estado, o que se vê na prática, para além do recuo na privatização de serviços públicos, é uma intervenção crescente do Estado na política de águas. Em regiões onde o controle das reservas de água é realizado diretamente pelas comunidades, o Estado tem se feito presente no apoio a projetos de manejo privado.

O Banco Mundial e o FMI são organismos internacionais atuantes na defesa institucional da mercantilização da água. Para Shiva (2006), o Banco Mundial tem atuado na conversão da escassez em uma oportunidade de mercado para as corporações de água, um mercado cujo potencial é estimado em um trilhão de dólares pela própria instituição. A International Finance Corporation (IFC), órgão ligado ao Banco Mundial, tem sido atuante desde a década de 1990 no financiamento de novos projetos de água na forma de parcerias público-privadas, sobretudo nos países periféricos. O alto volume da dívida dos países “em desenvolvimento” é usado como alavanca para os projetos de privatização. Não havendo recursos suficientes para investimentos públicos na ampliação e qualificação dos serviços de água, os países encontram-se em uma situação sem muitas escolhas. Segundo estima Shiva (2006), mais de um quarto dos empréstimos da IFC exigiam a privatização parcial ou completa do fornecimento de água, além de garantias de recuperação de custos e a eliminação de subsídios no fornecimento público.

Os argumentos pela privatização da água giram em torno da ineficiência das empresas públicas do setor e do aumento da demanda por água em zonas crescentemente urbanizadas. A grande maioria dos casos de privatização geraram uma maior produtividade por trabalhador, e a demissão de funcionários, algo celebrado pelos apologistas da privatização (SHIVA, 2006). No entanto, para a população em geral, os efeitos práticos foram o aumento do preço da água, e algumas vezes, a criação de uma escassez antes inexistente pelos baixos investimentos em ampliação de capacidade, como por exemplo o caso de São Paulo, cujo abastecimento encontra-se em estado crítico desde 2014. Também no surgimento de escassez devida a projetos inconsequentes de irrigação, como o desvio de água para a agricultura em regiões secas. Além disso, sem um controle social efetivo, muitos casos demonstram a piora na qualidade dos serviços, com índices crescentes de contaminação da água oferecida.

Quando as gigantes da água entram na história, os preços da água sobem. Na baía Sibic, nas Filipinas, a Biwater aumentou os preços em quatrocentos por cento. Na França, as taxas cobradas dos consumidores aumentou [sic] cento e cinquenta por cento mas a qualidade da água piorou; um relatório do governo francês revelou que mais de 5,2 milhões de pessoas receberam “água com um nível de bactérias inaceitável”. Na Inglaterra, os preços da água aumentaram quatrocentos e cinquenta por cento e os lucros das empresas elevaram-se em seiscentos e noventa e dois por cento – os salários dos executivos aumentaram espantosos setecentos e oito por cento. Os casos de suspensão do serviço aumentaram cinquenta por cento. Enquanto isso, a disenteria aumentou seis vezes, e a Associação Médica Britânica condenou a privatização da água por causa dos efeitos à saúde pública. (SHIVA, 2006, p. 119)

As parcerias público-privadas (PPP's) são defendidas como forma de atrair capital privado de forma a possibilitar os investimentos infra estruturais necessários pela crescente urbanização. Nos últimos 20 anos, multiplicaram-se as parcerias público-privadas no setor de fornecimento de água. A nomenclatura indica a participação do poder público, da democracia e da responsabilidade social na prestação de contas. As concessões nos setores de infraestrutura ou gerenciamento de água possuem modalidades diferentes. Se nos contratos de curto prazo as instituições públicas assumem uma divisão de responsabilidade que permite teoricamente algum grau de controle social, nos contratos de longo prazo, as agências privadas assumem completa responsabilidade, muitas vezes com acordos de compra de água no atacado por agências públicas, em moldes semelhantes aos esquemas de fornecimento privado de energia elétrica (SHIVA, 2006).

No entanto, a prática comum nesse tipo de parceria é a da utilização de fundos públicos em empreendimentos com motivações diferentes das de serviços públicos. O objetivo primordial do fornecimento público de água é o de garantir o acesso da população ao recurso, a um custo acessível. O fornecimento de água em áreas urbanas constitui um “monopólio natural”, uma vez que os custos de infraestrutura são de elevada magnitude e dificilmente se estabeleceria uma concorrência em tais serviços. A conversão desses serviços tipicamente públicos em serviços privados é a concessão de tal monopólio para fins que fogem aos objetivos democráticos do acesso a água potável de qualidade. (BOLLIER, 2003)

A orientação de empresas privadas no fornecimento de serviços ou infraestruturas no setor da água é, assim como em outros setores do mercado, comercial. A empresa busca rentabilidade, o que explica os aumentos bruscos de preço na maior parte dos serviços privatizados. Além disso, são comuns práticas discricionárias de preço para pessoas e empresas. Os direitos públicos e comuns à água da população são, então, subvertidos em direitos enquanto consumidores, excluindo do acesso aqueles que não podem pagar (SHIVA, 2006).

A OMC e as regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) têm sido importantes meios de consolidação do mercado global de água. O acordo passa por cima de aspirações democráticas nacionais e legislações locais, permitindo processos contra países que de alguma forma subvertam suas turvas regras. O acordo em tese não se aplica a serviços oferecidos pelo poder público, desde que estes não sejam fornecidos em caráter comercial e/ou concorrencial. O caráter comercial, vagamente definido no acordo, poderia incluir serviços públicos onde haja a cobrança de taxas de uso. Além disso, a existência de múltiplas entidades públicas na prestação de um serviço pode ser considerada concorrencial. (SHIVA, 2006)

Para além dessas regras ambíguas que teoricamente garantiriam às autoridades públicas nacionais algum grau de controle sobre o fornecimento interno desses serviços, existem regras mais explícitas que demonstram o contrário. Há a regra do tratamento nacional, que proíbe qualquer tipo de diferenciação nas condições de operação entre agências nacionais e estrangeiras, independente dos fins da prestadora de serviços, sociais ou comerciais. E há ainda a regra de acesso aos mercados, com a proibição do estabelecimento de limites sobre a quantidade de operadoras, valor das transações e volume de vazão dos serviços. (SHIVA, 2006)

Na Bolívia, a privatização dos serviços relativos à água na cidade de Cochabamba ocasionou uma grande revolta por parte das populações que tiveram seu acesso a água dificultado (HARVEY, 2007). As forças policiais do Estado foram mobilizadas contra a população que protestava, e inclusive foram empregadas para impedir a coleta de água da chuva por parte dos habitantes. Ainda assim, as grandes pressões e greves generalizadas tornaram o movimento de resistência vitorioso, com a saída da empresa da cidade e o retorno da água ao domínio do poder público. Há ainda outros exemplos de revoltas, mesmo em países ricos, onde consumidores recusaram-se a pagar as contas d'água acarretando grandes prejuízos para as operadoras privadas dos serviços (SHIVA, 2006). Se por um lado estes são exemplos de que é possível estabelecer uma resistência a tais processos, em cada caso em que houve vitória das populações locais houve também, no âmbito da OMC, processos por parte das empresas prejudicadas por indenizações dos governos locais pela perda de lucros futuros.

Além disso, têm sido incluídas, no âmbito dos serviços relacionados à distribuição de água, atividades de coleta que incluem a drenagem de água de lençóis freáticos. A atividade de coleta e engarrafamento tem sido considerada uma atividade produtiva como qualquer outra, com a produção de um bem final (água engarrafada) para o qual se aplicam as regras de livre comércio (BOLLIER, 2003). A consolidação do livre comércio de água pode gerar

escassez no acesso em regiões com abundância natural, sem meios de competir com o poder de compra existente nos países centrais do capitalismo. Esses centros do capitalismo global, por sua vez, são regiões geralmente de escassez, gerada sobretudo pela alta poluição gerada por seus processos de “desenvolvimento”.

Para as grandes corporações, a crescente escassez é uma oportunidade de realizar grandes lucros. As francesas Vivendi Environment e Suez Lyonnais des Eaux são as maiores companhias nesse segmento, com operações em mais de 120 países, atendendo mais de 100 milhões de usuários. Suas operações em diversos países incluem joint ventures com empresas locais e concessões públicas, e vão desde o tratamento residual de esgotos e fornecimento de água em áreas urbanas a atividades de coleta e distribuição. Além disso, muitas companhias têm se focado no negócio do transporte da água, a partir da obtenção de direitos de exploração em regiões com abundância e exportação para regiões com estoques reduzidos, com rentabilidade significativa para os capitais investidos. (BOLLIER, 2003)

Esse padrão de comércio internacional de água tem consequências que vão além da dificuldade de acesso a água por parte da população mais vulnerável. Como destacado anteriormente, a água é essencial para o equilíbrio da biosfera. Desvios de corpos fluviais, captação excessiva de lençóis freáticos, transporte de longas distâncias e outras tendências geradas pela comodificação da água geram efeitos imprevisíveis sobre os ecossistemas. E o equilíbrio da natureza, com sua complexidade e mistérios, é crucial para a sobrevivência da espécie humana.

Water should be left to its natural flows whenever possible, and should be conserved and treated as a public trust. Establishing the principle that water is a common, inalienable good that should be protected from market enclosure will be one of the most formidable global challenges of the next few decades. Considering that one billion people on earth already lack access to fresh drinking water, and that demand for freshwater is expected to rise by 56 percent in the next quarter century, the private commodification of public water supplies is a distressing trend. (BOLLIER, 2003, p. 72-73)

3.5 Grandes negócios imobiliários

Uma frente de acumulação por espoliação que tem sido bastante estudada recentemente por acadêmicos é a dos grandes negócios imobiliários. Ele passa por algumas das frentes de espoliação previamente mencionadas como a de atividades mineradoras e adentra algumas outras, como a tendência à aceleração de processos de expulsão de populações do campo e a crescente concentração de terras. Se há algum tempo os discursos de alguns governantes voltavam-se para uma política de reforma agrária, e de garantir acesso à terra para as populações, no período neoliberal essa tendência tem se revertido. Em prol de

metas de crescimento econômico e desenvolvimento, Estados tem se mobilizado para a atração de investimentos externos e a abertura de novos territórios para a acumulação capitalista (BANERJEE-GUHA, 2013).

Grandes negócios de terra feitos por corporações junto a governos locais, de compra ou locação, podem gerar a expropriação dos usuários prévios, e a produção de novos regimes de trabalho. Discursos de escassez de alimentos têm sido utilizados como justificativa para a extensão das fronteiras do complexo agroindustrial, com grandes consequências políticas (WHITE et al, 2012). Esse fenômeno de expropriação e expulsão de camponeses remete aos processos narrados por Marx (1867) sob o conceito de acumulação primitiva. Ocorridos no período de consolidação do modo de produção capitalista, esses processos hoje relacionam-se à dinâmica de expansão do capitalismo para áreas periféricas do sistema. A velocidade dos processos atuais que proliferaram-se no período neoliberal, no entanto, é alarmante, produzindo efeitos de transformação social intensos.

White et al (2012) retratam em seu trabalho seis tendências que promovem diversos mecanismos de acumulação a partir de investimentos na terra. Um deles é a antecipação de problemas de segurança alimentar, ocasionado pelos aumentos no consumo de alimentos, e alterações significativas na dieta em países como Índia e China – os dois mais populosos do mundo. O aumento do consumo de carne tem levado a um aumento na demanda por culturas como a de soja e milho, utilizadas na alimentação do gado. A insegurança alimentar em países desenvolvidos tem levado à busca por controles da produção de alimentos fora de suas fronteiras.

Outra questão abordada pelos autores (WHITE ET AL, 2012) é a consolidação do complexo agroindustrial de produção de biocombustíveis. Culturas “flexíveis” são excelentes oportunidades de investimento, por terem riscos menores. Essas culturas podem ser utilizadas em alimentos e rações, bem como para combustíveis. Exemplos são a da cana-de-açúcar, cujo produto final pode ser comercializado tanto como açúcar ou como etanol, dependendo do mercado mais atrativo no momento e o óleo de palma, que pode ser negociado como biocombustível se houver demanda elevada ou como óleo de cozinha, caso contrário. A produção desses cultivos tem sido controlada por algumas grandes corporações, como o caso da Monsanto, grande fornecedora de sementes geneticamente modificadas de milho e soja e da Cargill – maior companhia do mundo – que detém controle do mercado de óleo de palma na Indonésia.

Os “mercados verdes” também têm papel relevante. Mercados de emissões de carbono têm se apresentado como oportunidades lucrativas que tem levado a ampliação de culturas

como a de cana-de-açúcar. O pagamento de serviços ambientais tem levado grandes corporações a investir em áreas de preservação em florestas que muitas vezes são fonte de renda de comunidades empobrecidas. A alienação de recursos em prol do discurso de sustentabilidade tem se ampliado, levando a expulsão e expropriação dos meios de vida de populações inteiras (WHITE ET AL, 2012).

Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) têm se proliferado pelo mundo. São áreas cedidas ou negociadas pelo poder público que consistem em corredores de infraestrutura e concessões de terras para atrair investimentos capitalistas (WHITE ET AL, 2012). A ampliação desse tipo de empreendimento passa por uma crença política de que processos de acumulação primitiva seriam necessários para o desenvolvimento das forças produtivas em moldes capitalistas, e que essa seria a única saída para o desenvolvimento de regiões periféricas. Mais do que desenvolvimento, essas ZEEs tratam da abertura de novas áreas para a exploração capitalista, da expansão industrial e do complexo agroindustrial, que dão destino ao capital sobreacumulado no centro do capitalismo, e geram grandes expropriações de propriedade das populações locais, financiadas por organismos internacionais (BANERJEE-GUHA, 2013).

Sundaresan (2011) traz o exemplo de ZEEs na Índia, na região de Olissa. Mesmo com legislações especiais de proteção a comunidades tribais presentes no país, tem havido um grande número de transferências de propriedade para entes de fora dessas comunidades. Plantas de produção de aço e ferro e a construção de portos para escoar a produção são alguns exemplos. Além dos impactos imediatos de expropriação das comunidades locais, plantas de mineração demandam enormes quantidades de água para operar e geram grandes impactos ambientais. Esses empreendimentos têm gerado movimentos de resistência por parte das populações afetadas, que não têm sido adequadamente compensadas pelas suas perdas. O Estado, por sua vez, para além da atuação direta na realização desses grandes negócios, tem mobilizado forças policiais para reprimir as tentativas de resistência, ocasionando em assassinatos de lideranças locais e a emergência de revoltas mais violentas.

Segundo Banerjee-Guha (2013), a Índia é o país com o maior número de ZEEs. A lei que prevê a criação das zonas data de 2005, e sua operação foi efetivada em 2011. Desde então, mais de 150.000 hectares foram adquiridos ou estão em processo de aquisição, um equivalente a 2,7% de toda a terra arável do país, não obstante os problemas de segurança alimentar que ameaçam a região. O autor ainda ressalta a concentração desse tipo de empreendimento nos estados de Maharashtra, Andhra Pradesh, Karnataka e Tamil Nadu, justamente estados que têm se empenhado na implantação de políticas neoliberais, com ofertas de isenções de impostos e grandes subsídios. As áreas de criação das ZEEs são

escolhidas pelas corporações com planos de investimento, e têm sido efetivadas em áreas de agricultura, florestas, áreas rurais de grandes cidades, periferias de zonas metropolitanas e favelas, áreas onde residem populações empobrecidas e de alta vulnerabilidade.

O *Land Acquisition Act* de 1894 na Índia estabeleceu o Estado como o proprietário em última instância de todas as terras do país, e deu a este o poder de apossar-se delas por razões de “interesse público”, mediante compensações “razoáveis” aos grupos afetados. O que seria o interesse público e uma compensação razoável não foi explicitado pela lei (BANERJEE-GUHA, 2013). A estrutura de propriedade da Índia tem heranças do período colonial Britânico, e remete a um sistema semifeudal. Pobreza e regras não bem definidas de propriedade, bem como forças externas do capital buscando rentabilidade e demandas internas por crescimento e desenvolvimento estão associadas à ocorrência de espoliação de terras (SUNDARESAN, 2011).

Outro aspecto salientado por White et al (2012) são os investimentos em terra efetuados por instituições financeiras. Novos investimentos por parte de fundos financeiros como *hedge funds* têm sido possibilitados pela crença de que os estoques de alimento estão ameaçados. Além disso, têm havido atividades especulativas em torno do mercado de terras e de commodities. Regras, regulações e incentivos são o último aspecto dos grandes negócios de terra salientado pelos autores. Instituições como o Banco Mundial e USAID têm agido na criação de ambientes favoráveis para a efetuação desses grandes investimentos, com a injeção de capital em áreas como África e América Latina sob pretextos de fomentar o desenvolvimento rural e realizar melhorias nos mercados rurais. Fica clara aí uma contradição do discurso do Banco Mundial, onde enunciações relacionadas à proteção a pequenos agricultores contrapõe-se aos grandes financiamentos efetuados pela International Finance Corporation – atrelada ao banco.

Sundaresan (2011) associa os grandes negócios de terra à falta de transparência e incompletude no cumprimento de contratos e acordos. Durante o período neoliberal, houve um aumento relevante na extensão de investimentos estrangeiros diretos (IED) realizados em negócios relativos a terras. O autor relata um estudo da *The Economist* do ano de 2011 que reportou mais de 80 milhões de hectares negociados com investidores estrangeiros pelo mundo. A mesma edição da revista revelou em levantamento que 64% desses negócios estão na África, 24% na Ásia e 11% na América Latina.

3.6 Patentes

A expansão das fronteiras cobertas por patentes tem constituído outro modo de consolidação de formas predatórias de acumulação. O acordo TRIPS, firmado no âmbito da OMC, estabeleceu a padronização das regras transnacionais de propriedade intelectual. Diante da internacionalização da produção e dos fluxos de capital, o acordo pode ser visto como algo inevitável. No entanto, seus efeitos têm sido negativos em diversos âmbitos. Para Harvey (2007, p. 123), o acordo “aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais.”

Alguns dos mecanismos de espoliação diretamente associados a esse acordo são a biopirataria e a bioprospecção. Conhecimentos tradicionais gerados sob formas sociais não capitalistas, sobretudo em países do terceiro mundo, onde ainda há grandes reservas de biodiversidade, têm sido patenteados por firmas multinacionais com base em países do primeiro mundo. A indústria farmacêutica tem sido uma grande beneficiária desse tipo de política, utilizando conhecimentos locais para a criação de novas drogas sintéticas, novas patentes, e obtenção de lucros monopolistas, sem contrapartidas positivas para as comunidades e formas sociais geradoras destes conhecimentos.

Outra questão diz respeito à ampliação dos limites legais das patentes. Com o advento da biotecnologia, as patentes têm avançado sobre áreas antes impensáveis. Desde a década de 1980, seguindo decisões da corte norte-americana, foram aprovadas na Europa patentes sobre microorganismos (1982), plantas (1985), animais (1988) e embriões humanos (2000). Inicialmente, essas patentes limitavam-se a organismos geneticamente modificados, mas hoje estendem-se em todo o mundo a plantas naturais e outros organismos vivos que de forma alguma foram produzidos pelos detentores das patentes (ROBIN, 2008).

Há inúmeros exemplos de países do centro espoliando recursos comuns a partir do uso do plasma de microrganismos e do conhecimento de países periféricos. Tomates selecionados no norte das Filipinas têm sido utilizados para criar resistência ao frio nos tomates norte-americanos. Bactérias coletadas do solo da Costa Rica foram patenteadas pela Universidade de Massachusetts para criar veneno contra vermes e fungos. A árvore de Nim, da Índia, com usos para o combate a diversas pragas, já teve inúmeros pedidos de patente. Empresas já obtiveram patentes sobre o uso da cânfora. Na Polinésia, uma companhia de biotecnologia

Australiana contratou o serviço do governo para a construção de um banco de dados privado do código genético de seus habitantes. (BOLLIER, 2003)

A Monsanto é uma empresa cujo estabelecimento no mercado está fortemente associado a mecanismos de acumulação por espoliação. Para além da grande produção de agrotóxicos e herbicidas, sua ênfase está nos direitos de propriedade intelectual. Primeiramente, a empresa tem uma política de destruição da concorrência operando a partir de aquisições agressivas e a eliminação de concorrentes no mercado de sementes. Além disso, a empresa concentra-se em utilizar regras de propriedade intelectual e contratos draconianos para tornar ilegais hábitos milenares como o de guardar semente para replantio. (ROBIN, 2008)

Para adquirir os produtos da Monsanto, o agricultor é obrigado a assinar um acordo de utilização de tecnologia, que restringe as possibilidades de independência do agricultor. É como um contrato de aluguel de sementes, onde um organismo vivo torna-se uma mercadoria como qualquer outra e hábitos culturais de agricultores de todo o mundo se tornam criminosos. Os agricultores que desrespeitam o acordo estão sujeitos a pesadas multas, e são levados ao Tribunal de Justiça de St. Louis (obrigatoriamente), conhecido por decisões sempre favoráveis à empresa. O acordo não só estabelece a obrigatoriedade do julgamento por um tribunal visivelmente corrupto, mas reserva à empresa o direito de inspeção de contas e campos de clientes em busca de violações. (ROBIN, 2008)

Mas o limite do poderio da empresa vai além dos agricultores que assinaram contratos. As patentes sobre o material genético de plantas obtidas pela empresa possibilitam a aplicação de penas sobre quaisquer agricultores em cujos campos a empresa, com seus fiscais (e policiais teoricamente a serviço do poder público), encontre a presença de suas propriedades (genéticas). Agricultores que não compraram os produtos e sofrem de contaminação por parte da lavoura de vizinhos, casos bastante comuns, estão sujeitos a multas e penas judiciais por estarem infringindo os ditos direitos intelectuais da empresa. (ROBIN, 2008)

3.7 Internet

A internet é caso paradigmático pela importância que tem adquirido na sociedade contemporânea. A rede mundial, para além de seus efeitos sobre os circuitos de capital, tem grande impacto sobre indivíduos e grupos sociais, ao possibilitar a comunicação instantânea a nível mundial. Ela é inerentemente descentralizada, uma rede em construção constante pelos usuários, e da qual tem emergido importantes mercados, formas de inovação e cooperação. Para além das inovações potencializadas pela comunicação instantânea, a internet pode

também ser usada como uma ferramenta de organização política que perpassa as fronteiras nacionais. Pela forma como foi apropriada por diversos grupos da sociedade, a Internet se consolidou como uma forma de *common*.

Ao contrário do que pode supor o senso comum dentro do paradigma de pensamento capitalista, a internet surgiu de um ambiente isolado do mercado. A grande maioria das tecnologias que originaram a Internet e a rede mundial surgiram sob a liderança do governo norte-americano. A agência responsável pela encubação da internet foi a chamada ARPA – *Advanced Research Projects Agency*. Uma agência pequena e seleta do departamento de defesa norte-americano conhecida por projetos pioneiros e de alto risco, detentora de um orçamento amplo e flexível. Nos anos 1960, a agência empenhava-se na criação de uma rede de comunicação descentralizada e resistente, inicialmente, para fins militares. (BOLLIER, 2003)

O resultado foi, nos anos 1970, a criação da ARPANET, uma rede de comunicação que possibilitava o compartilhamento rápido de informações e fomentava formas cooperativas de programação simultânea – como o acesso mútuo de programadores aos seus respectivos computadores. A arquitetura da rede possibilitava a emergência de um sistema não mercantil de compartilhamento das informações, criada e utilizada por acadêmicos. Inovações que hoje são centrais na internet foram criadas a partir de pesquisas financiadas pela ARPA em universidades norte-americanas. Destacam-se a transmissão de dados por pacote e os protocolos TCP/IP, além da criação do sistema de correio eletrônico, programas de processamento de texto, o sistema de navegação em janelas e o próprio mouse. (BOLLIER, 2003)

A pesquisa financiada pelo governo norte-americano que originou a internet serviu também como uma criadora de mercados privados. O sistema UNIX, aperfeiçoado na Universidade da Califórnia – em Berkeley, tornou-se popular, especialmente entre universidades. Anos depois, estudantes de Stanford utilizaram a plataforma aberta do UNIX para criar uma nova versão patenteada, e fundaram a empresa SUN, detentora de uma versão da plataforma com uma interface de fácil acesso à internet. A franquia ainda foi reforçada por regulações governamentais que exigiam o UNIX como opção para a obtenção de contratos públicos de computação. Também em Stanford surgiu a Cisco, a partir da criação de tecnologias baratas de transmissão de dados, utilizando-se de protocolos abertos e dos financiamentos públicos para comercializar o acesso à rede, indo contra as diretrizes não comerciais da ARPANET. (BOLLIER, 2003)

O uso de *open-standards* para criar novas versões comercializáveis tornou-se regra no mercado da informática. Inúmeras empresas consolidaram-se no mercado a partir da criação de direitos proprietários fundados sobre uma base aberta. A Microsoft é um exemplo de sucesso: a partir de uma política de integração de programas ao sistema operacional, construídos sobre versões preexistentes, e eliminando a concorrência, numa política de modificar, patentear e vender. O navegador Netscape é outro exemplo, criador de precedentes, ao subverter os *open-standards* intrínsecos à arquitetura original da internet em direitos proprietários, na tentativa de criação de um monopólio de sistemas de navegação. (BOLLIER, 2003)

O movimento *open-source*, de desenvolvimento conjunto de softwares para fins não comerciais, ilustra uma das formas de cooperação não orientadas pelo mercado que se desenvolveram no interior da Internet. No entanto, muitos softwares livres gerados ao longo da história da Internet foram apropriados pelo mercado. A proteção relativamente baixa a direitos de propriedade coletivos permitiu que muitos desses softwares desenvolvidos de forma aberta e cooperativa fossem modificados e patenteados por empresas privadas, que se capitalizam a partir de conhecimento gerado coletivamente, dentro da lógica da acumulação por espoliação. Bollier (2003) apresenta maiores aprofundamentos quanto à proteção legal de formas de propriedade e produção coletivas como as que emergiram no movimento de software livre, que não cabem no presente trabalho.

Um dos ataques à herança de neutralidade da rede são os serviços de conteúdo pagos. No início dos anos 2000, o provedor AOL utilizou-se de seu poder de mercado para criar um virtual monopólio de conteúdo, discriminando usuários de outros provedores. Além disso, o sistema da AOL monitorava atividades de usuários e restringia as comunicações entre estes. Provedores de internet têm fortes incentivos para a aplicação de políticas restritivas se contarem com suficiente poder de mercado, como a venda de pacotes discricionários de serviços e acesso, num sistema *pay-per-use* (BOLLIER, 2003). Hoje, o lobby empresarial em torno do mercado da internet tem sido mobilizado para legalizar essas barreiras no acesso, a fim de acabar com a neutralidade da rede e poder exercer novos tipos de cobrança, baseados nos conteúdos (abertos) acessados.

Além disso, o controle sobre a internet foi privatizado. Originalmente controlada pela National Science Foundation, a administradora da internet no âmbito público, foram afastados de controle social pela contratação da NSI, agência privada. Além disso, é importante conhecer a atuação da ICANN (Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet), organização privada “sem fins lucrativos” responsável pelo gerenciamento dos

domínios “.com”, um mercado milionário. “Pelo fato de a sede da Icanm situar-se em território americano, qualquer conflito jurídico entre países envolvendo domínios de internet seria resolvido conforme a legislação da Califórnia” (DOMENICI, 2014).

O julgamento de conflitos originados na internet pelas leis norte-americanas é problemático, uma vez que o Estado norte-americano reserva para si os direitos de espionagem sobre os usos da rede. Mas não é só o Estado que ameaça os direitos de privacidade. Empresas como Google e Facebook têm modificado constantemente os termos de uso de seus produtos e mercantilizam informações sobre o perfil dos usuários, devido à baixa proteção legal oferecida a estes. Os domínios da internet foram comodificados e vendidos, e tornaram-se sujeitos a mercados publicitários e invasões de privacidade, mercados que hoje movimentam bilhões de dólares, liderados por Google e Facebook. A internet, consolidada como uma espécie de bem comum – ainda que tenha seu acesso limitado – está sob ameaça.

Nesse mundo digitalizado e conectado, o Estado nos vigia e o Capital nos vende, ou seja, vende nossa vida transformada em dados. Vigiam-nos pelo nosso bem, para proteger-nos do mal. E nos vendem com nossa própria concordância, quando aceitamos *cookies* e confiamos nos bancos que nos permitem viver de crédito (e, portanto, julgam-se no direito de saber a quem fornecem cartão). Os dois processos, a vigilância eletrônica maciça e a venda de dados pessoais como modelo de negócio, ampliaram-se exponencialmente na última década, pelo efeito da paranoia da segurança, a busca de formas para tornar a internet rentável e o desenvolvimento tecnológico da comunicação digital e do tratamento de dados. (CASTELLS, 2015)

4 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nesse capítulo são retomadas algumas das observações feitas sobre o contexto recente da acumulação capitalista, de forma a relacioná-las aos exemplos abordados no capítulo anterior e identificar as forças atuantes nos processos de acumulação por espoliação. Isto permite delinear as características gerais dos processos de acumulação por espoliação recentes e sua relação com o tratamento dos capitais excedentes. É analisado por quais meios se deu a intensificação desses processos diante do panorama político favorável ao capital. Também são ressaltadas algumas especificidades importantes para a análise dessas formas de acumulação, permitindo enfim comentar sobre formas de resistência ao mercado que emergiram ou se mantiveram no período recente e observar algumas perspectivas políticas diante dos avanços do sistema de mercado.

4.1 A teia de relações da acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo

As mudanças ocorridas no capitalismo nos últimos quarenta anos não solucionaram o problema de sobreacumulação que ameaça a continuidade da acumulação capitalista desde a década de 1970. As trajetórias de crescimento nos países centrais apresentaram recuperações pouco expressivas. As condições crônicas de sobreacumulação intensificaram a busca capitalista por expansão dos limites do mercado, em termos territoriais, políticos e econômicos. Os processos de acumulação por espoliação e sua multiplicação no período recente são expressões dessa busca incessante por acumulação, que relaciona-se com intensas transformações sociais e institucionais.

Para melhor compreender as relações entre os circuitos de acumulação capitalista e a acumulação predatória, é preciso ressaltar o papel desempenhado pelas instituições políticas nacionais e supranacionais, e pela hegemonia político-econômica norte-americana. Com o rompimento do sistema de Bretton Woods e a desregulamentação financeira, o imperialismo estadunidense assumiu novas formas, como fortes inversões de fluxos financeiros rumo a Wall Street e a difusão aparentemente consentida de arranjos institucionais locais favoráveis aos países centrais e às elites da periferia nos circuitos de acumulação. Três instâncias supranacionais destacam-se no período neoliberal: o FMI, que assume o papel de agente político da abertura econômica, por meio do programa de ajustes estruturais; a OMC, que garante novos mercados para o capital excedente relacionando-se não apenas com o livre comércio, mas com a homogeneização de regras de propriedade intelectual e de comércio de

serviços; e o Banco Mundial, atuante no financiamento de projetos de desenvolvimento que incluem formas de acumulação por espoliação. E todos estes objetivos convergem para o neoliberalismo.

Para Duménil e Lévy (2007), o neoliberalismo pode ser definido como uma configuração de poder específica no capitalismo, onde o poder e a renda das frações mais elevadas da classe dominante foram restauradas após um período de declínio, que pode ser considerada uma nova hegemonia das finanças. Nesses termos, o neoliberalismo pode ser encarado como a própria representação política do capital que busca restaurar a rentabilidade abrindo novos caminhos. Na polarização política entre a lógica dos mercados e as complexas motivações das sociedades, o período neoliberal pode ser visto como uma fase da acumulação de capital onde os limites territoriais se expandem rapidamente e barreiras sociais são quebradas.

A elevação da importância das finanças no capitalismo contemporâneo não seria possível sem as alterações nas políticas de regulação no âmbito do Estado. A desregulação financeira permitiu acesso fácil de capitais a novos territórios, e também formas de valorização fictícia a partir de atividades especulativas. Da mesma forma, as finanças potencializam os processos de acumulação por espoliação de duas formas distintas. Primeiro, por serem o meio por onde o capital excedente pode ser escoado para investimentos em novos territórios, onde são desencadeados processos de espoliação. Segundo, por serem o meio por onde se desenvolvem os surtos localizados de desvalorização que permitem a reciclagem do capital sobreacumulado, e pelas formas de espoliação que envolvem algumas das operações de crédito.

As dimensões da hegemonia do capital e da lógica de mercado no âmbito do Estado foi exposta em todos os exemplos de acumulação por espoliação abordados. No período atual do capitalismo, os governos têm sido cada vez mais amigáveis aos mercados. A ação dos Estados, como forma de representação política das relações de classe, expõe a hegemonia das classes dominantes, sendo cada vez menos mobilizado como instrumento de proteção social e cada vez mais como um meio por onde se traduz a supremacia do mercado. A atuação direta de Estados nos processos de acumulação por espoliação só faz expor tal hegemonia.

Empresas públicas de diversos ramos, construídas a partir de fundos públicos, possivelmente associadas à provisão de serviços fundamentais como saúde e educação, têm sido privatizadas, oferecendo novas oportunidades lucrativas para a acumulação capitalista. Sistemas de saúde e educação públicos são importantes sobretudo para populações vulnerabilizadas. A transformação desses direitos fundamentais em fontes de acumulação de

capital ilustram como considerações ao bem comum tem se tornado cada vez mais raras no âmbito do Estado.

As observações de Chesnais (1995) sobre a mundialização do capital e a crescente importância do investimento estrangeiro direto nas relações econômicas internacionais também se fazem úteis para a compreensão dos processos de espoliação. Chesnais destaca que a mundialização do capital – nova fase do processo de internacionalização – reflete também as mudanças nas relações políticas entre o capital e o trabalho e entre o capital e o Estado. O capital obteve sucesso em empregar a força recuperada ao longo do período de acumulação intensiva nas suas relações políticas. A exportação de capitais excedentes tornou-se um dos meios centrais de manutenção da rentabilidade do capital. As amarras soltas das finanças facilitaram e impuseram a esses processos de investimento uma velocidade inédita.

O desenvolvimento de forças produtivas capitalistas em novos territórios foi acelerado desde a crise de acumulação dos anos setenta pelas condições de rentabilidade desfavoráveis nos países centrais. Sob o panorama político neoliberal, os fluxos de capital não só foram liberados, como também incentivados. Por parte de países centrais, para a exportação de capitais excedentes. No contexto dos países periféricos, porque essa massa de capitais buscando valorização representa oportunidades de crescimento econômico e de desenvolvimento capitalista, objetivos que têm se tornado cada vez mais comuns nas culturas nacionais. Essa expansão do sistema capitalista modifica estruturas sociais não capitalistas em diversas regiões do mundo, gerando novos processos de expropriação das populações locais e a coerção ou cooptação de seus modos de vida. Os novos processos de proletarianização e precarização derivados da expansão do modo de produção capitalista para novos territórios, mas que caracterizam as relações capital e trabalho também no mundo desenvolvido, constituem formas de acumulação primitiva, relevantes sobretudo nos países periféricos.

Além dos aspectos relacionados à expansão territorial e à continuidade da acumulação primitiva, a acumulação por espoliação abrange os avanços políticos do capital na transmutação de formas sociais até então não orientadas pelo mercado, como os *commons*, em fontes de rendimento capitalista. A configuração de um *common*, para Harvey (2014), de forma ampla, pode reunir aspirações sociais em torno de objetos como terra, água, biodiversidade, qualidade do ar, saberes tradicionais, energia e espaços urbanos que podem ser apropriados e utilizados de forma coletiva, como forma de emancipação social em relação aos mercados. Cada vez mais essas formas de apropriação coletiva e busca de objetivos sociais têm sido passíveis de ataques por parte do capital, que busca torná-las fonte de rendimento.

Nas últimas décadas, tem se evidenciado por todo o globo processos de espoliação que vão desde bens públicos a outras formas de propriedade coletiva. Esses processos são em parte recentes, e têm levado às mãos de pequenos grupos da iniciativa privada serviços de grande interesse social como os relativos à água. Assim, terras e recursos naturais têm sido negociados, a preços subvalorizados, e mesmo de graça, com atuação direta do Estado e sem compensações para as populações associadas. Nas cidades, espaços públicos de convívio comum e sistemas de transporte têm se transfigurado em oportunidades lucrativas para o capital sobreacumulado.

A criação de um “clima de negócios favorável” ilustra como Estados de países periféricos têm se engajado na facilitação e atração de capitais internacionais, na sustentação de altos ganhos de renda fixa e na redefinição de códigos tributários aliviando as parcelas mais ricas da população, por exemplo (HARVEY, 2007). O padrão volátil e seletivo de investimentos fez com que os Estados se mobilizassem, modificando as políticas econômicas e adotando medidas de atratividade como a flexibilização das legislações trabalhistas e outras ainda mais diretas. Harvey (2007) destaca conquistas trabalhistas obtidas no âmbito do Estado durante o período pós segunda guerra mundial, e a derrubada desses avanços durante o período de proeminência do neoliberalismo. Projetos voltados para o desenvolvimento de indústrias, envolvendo concessões de terras e áreas ocupadas e benefícios fiscais para empresas privadas tornaram-se cada vez mais comuns no período recente do capitalismo.

Iniciativas como a criação de Zonas Econômicas Especiais, como as apresentadas no contexto indiano, ilustram uma atuação direta do Estado na promoção de investimentos estrangeiros e desenvolvimento capitalista. Como foi observado no capítulo anterior, alguns dos processos sociais desencadeados são semelhantes aos da acumulação primitiva. O Estado se faz presente na atração de investimentos, mas também nos próprios processos de expropriação nas áreas que receberão o investimento, e na mobilização de forças policiais para garantir a ordem e a viabilidade dos investimentos, reprimindo movimentos de resistência das populações afetadas. Além da expropriação em si, ocorrem intensas transformações sociais, com a desarticulação de formas autóctones de vida e processos de proletarianização.

A expansão do complexo agroindustrial nos países do terceiro mundo ilustra uma forma de acumulação por espoliação ainda mais semelhante aos processos descritos por Marx (1867) em sua narrativa sobre a acumulação primitiva. Eles envolvem a expropriação e expulsão de camponeses e a separação destes de seus próprios meios de produção, gerando processos de proletarianização. A Ásia e África tem sido o principal destino desse tipo de

investimento, que representa oportunidades rentáveis para fundos financeiros e a possibilidade de controles da produção de alimentos *offshore* por parte dos países do primeiro mundo. Dessa forma o capital não só tem acesso à terra a preços mais acessíveis do que nas áreas industrializadas, mas participa da ampliação do exército industrial de reserva, obtendo acesso a condições mais favoráveis de remuneração do trabalho.

White et al (2012), trabalhando o contexto indiano a partir dos investimentos internacionais em imóveis, ressaltam a velocidade com que essas expropriações e produções de novos regimes de trabalho têm ocorrido no período recente. O relato de Bollier (2003) sobre o movimento dos *enclosures* na Inglaterra revela um tempo longo de transformações sociais, entre 1400 e 1800, com a intensificação destes com o desenvolvimento embrionário do capitalismo. Pode se conjecturar de que os efeitos de transformação social desses processos recentes de expansão do modo de produção capitalista para novos territórios sejam mesmo mais intensos do que os ocorridos na Inglaterra, por envolverem um tempo de ocorrência comprimido.

Se considerarmos os recursos naturais de um país como propriedade comum de seus cidadãos, temos aí uma frente de acumulação por espoliação. Atividades de mineração, extração de petróleo, a utilização dos fluxos naturais de água para a geração de energia e a comodificação da água são meios de uso da propriedade comum para o usufruto de ganhos privados. Além disso, a poluição e outros efeitos negativos intrínsecos das atividades industriais e megaprojetos com interesses privados tem impactos importantes sobre o bem comum. A dissolução de *commons* relacionados à natureza envolve acumulação por espoliação. Não seria sequer necessária a consideração do bem comum para apontar os processos de acumulação por espoliação relativos aos recursos naturais, pois além dos impactos comuns são evidenciadas expropriações diretas de populações associadas aos locais e objetos de espoliação.

O caso da água levanta questões ainda mais complexas. A crescente mercantilização da água relaciona-se com processos de expropriação de populações que tinham alguma forma de controle sobre a água. Mas a água não é uma mercadoria como qualquer outra, ela é crucial para o desenvolvimento de qualquer cultura agrícola e além disso é condição básica para a sobrevivência humana e animal. Em alguns casos, ao privar algumas comunidades do manejo próprio, o acesso ao recurso pode tornar-se restrito, impossibilitando a manutenção de seus modos tradicionais de vida (SHIVA, 2006).

Ilustram-se no exemplo da água algumas contradições na atuação do Estado. Sistemas públicos de fornecimento podem se constituir como *commons*, como a forma comum de

acesso à água, como um direito democrático. Associados à constituição deste serviço público, os Estados se mobilizaram na dissolução de formas de manejo tradicionais, destruindo formas coletivas e locais de garantir o acesso à água, guiados por uma ideia de Estado como provedor de necessidades sociais. Os processos no período recente, por sua vez, envolvem o Estado recuando de suas funções sociais, privatizando sistemas públicos de fornecimento de água que passam a ter seus funcionamentos guiados por fins mercadológicos. E ainda, em medidas para atração de investimentos privados que geram a dissolução de formas de manejo tradicionais de água associadas a projetos de desenvolvimento.

A água fornecida publicamente constitui-se como um *common*, sendo encarada como um direito básico dos cidadãos, especialmente em áreas urbanas onde não há acesso a fontes naturais descontaminadas. Com a privatização, não somente ocorre a transferência de propriedade de uma empresa pública para a iniciativa privada, mas modifica-se a relação entre a fornecedora e os cidadãos. Os direitos comuns à água são transmutados em direitos enquanto consumidores, e a água é convertida em mercadoria. O caso da água expõe o quão profunda foi a expansão dos limites da mercantilização, e a sujeição da sociedade à lógica de mercado. Uma dádiva da natureza, necessária para a sobrevivência de qualquer indivíduo, e por consequência um direito humano básico, é convertida em mercadoria. (SHIVA, 2006)

A dinâmica das relações de poder pode ser observada para além dos espaços de trabalho, principalmente em espaços de convivência, e no avanço do capital sobre memórias e tradições coletivas, crescentemente mercantilizadas. Os espaços das cidades, por exemplo, não se constituem somente como trajetórias para trabalho e moradia, mas também como espaços de convivência que podem ser apropriados pelas populações (HARVEY, 2014). Espaços urbanos públicos podem ser apropriados coletivamente e oferecer para os residentes valores de uso em termos de qualidade de vida que não são traduzíveis para uma lógica de mercado. Diante de governos municipais orientados pelo mercado, essas questões sociais relevantes e complexas são deixadas de lado pelo poder público, tornando-se o foco a atração de investimentos privados.

A nova forma de planejamento das cidades, baseada no modelo de negociações caso a caso exposto por Vainer (2010), envolve formas de governança pública amigáveis ao mercado e orientadas pelo mercado. O conceito chave abordado pelo autor é o de uma governança voltada para a atração de investimentos, e de transferência de funções públicas a agências “livres de burocracia e controle político”. Os megaeventos, por sua vez, são formas de estabelecer um estado de exceção na governança pública (VAINER, 2010). Eles desencadeiam uma aceleração dos processos já em andamento de expropriação e gentrificação

nas cidades. Envolvem, por um lado, a atração de investimentos privados e de turismo, com potenciais benefícios para as economias locais. Por outro, desencadeiam processos acelerados de privatização de espaços públicos e de expropriação e realocação de populações já vulnerabilizadas, associados aos projetos de desenvolvimento urbano orientados pelo mercado.

O modelo de negociações caso a caso presente nas cidades no período recente é semelhante aos casos de criação de Zonas Econômicas Especiais e outras formas de espoliação que são encorajadas e facilitadas pela atuação do Estado. O novo padrão de governança pública, sobretudo nos países periféricos, é voltado para a atração de capitais, enquanto formas de proteção social são desmontadas. Esses aspectos em transformação na governança pública podem ser vistos como expressões da hegemonia política das classes dominantes no Estado, sob o paradigma neoliberal.

As tensões e contradições contemporâneas entre sociedades e mercado são ilustradas no caso da Internet. A Internet foi criada e desenvolvida nos EUA, a princípio, a partir de instituições públicas e no âmbito das universidades, financiada por institutos públicos. A Internet constituiu-se como um meio de comunicação e troca de informações instantâneas internacionalmente. Por um lado, a Internet fomentou mercados existentes e a criação novos mercados, e por outro, estimulou formas de organização política e cooperação por parte de usuários que se apropriaram da internet como uma forma de *common* (BOLLIER, 2003). Algo interessante no caso da Internet é que, ainda que tenha sido encubada pelo governo norte-americano, os avanços que permitiram a ampliação e o acesso barato à rede foram possibilitados pelos importantes mercados que se formaram na rede. Seria difícil imaginar a Internet no patamar de hoje se ela se mantivesse com diretrizes exclusivamente não comerciais e ligada ao governo. Existe portanto uma contradição entre a ação dos mercados que expandem atividades necessárias e as ações que apenas dificultam a manutenção de estilos de vida cooperativos e não comerciais.

A existência de informações e conhecimentos de domínio público é essencial para a sociedade. Formas de inovação sempre se apoiam de alguma forma em conhecimentos e informações previamente gerados. Com a ênfase do capitalismo contemporâneo nos direitos autorais como forma de obtenção de renda, corporações têm se mobilizado em adquirir e mercantilizar tudo aquilo que se enquadra nos limites legais do domínio público. Um exemplo alarmante é a patente obtida por uma empresa na paginação de decisões judiciais da suprema corte norte-americana. Decisões judiciais norte-americanas, que são de domínio público,

agora servem como fonte de renda para uma companhia privada, privando usuários com baixo poderio econômico de acessá-las (BOLLIER, 2003).

Essa ênfase do capitalismo contemporâneo em direitos de propriedade tem levado a criação de patentes sobre objetos antes impensáveis, como as patentes sobre códigos genéticos expostas por Robin (2008), que constituem formas de ampliação dos limites legais de acumulação. A biopirataria e a bioprospecção constituem formas de acumulação por espoliação que foram possibilitadas por esta ampliação dos limites legais das patentes. Conhecimentos locais, bem como o plasma de plantas de países do terceiro mundo, e até a genética de populações tornaram-se sujeitos à mercantilização e obtenção de patentes, sem qualquer compensação para as populações residentes nas áreas e envolvidas na geração de conhecimento. No caso da Monsanto, as patentes sobre material genético possibilitaram a dissolução de hábitos tradicionais de agricultores como o estocamento de sementes para replantio.

As configurações de poder favoráveis ao mercado podem ser observada não só nos governos, mas também em outras ramificações do setor público. Instituições públicas que têm cada vez mais se alinhado aos interesses corporativos são as universidades e institutos de pesquisa. Universidades e institutos públicos de pesquisa têm como uma de suas finalidades a geração de conhecimento público, afinal, não espera-se que instituições financiadas via impostos por toda a população sirvam aos interesses de poucos. No entanto, como expõe Bollier (2003), organizações privadas têm participado estrategicamente de financiamentos focalizados em áreas lucrativas a fim de usufruir da estrutura pública para a geração de conhecimentos patenteáveis. Nos EUA, setores como a indústria farmacêutica e informática têm obtido ganhos extraordinários a partir da obtenção de direitos sobre conhecimentos gerados nas entranhas de instituições públicas.

Algumas características gerais podem ser observadas nos processos de acumulação por espoliação presentes no capitalismo contemporâneo, relacionadas à intensificação desses avanços da mercantilização. Em primeiro lugar, a presença ativa do Estado nas espoliações e a delegação de funções sociais para a iniciativa privada, com a perda de direitos comuns, são a expressão da hegemonia do capital na política institucionalizada. Em seguida, a expansão dos limites territoriais e sociais da acumulação, e a ampliação dos limites da mercantilização, são desdobramentos destes processos. Terceiro, há uma ênfase de importantes setores capitalistas em direitos de propriedade e a utilização de patentes como forma de capitalização sobre conhecimentos comuns e/ou financiados por instituições públicas. Por fim, todos refletem a hegemonia financeira e as finanças como principal meio de escoamento de capitais,

e há uma relação entre esses processos e a crise de rentabilidade nos países centrais do capitalismo.

A intensificação da acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo aponta para o quanto uma conjuntura desfavorável à acumulação capitalista, com taxas de lucro declinantes, podem desencadear profundos embates políticos e gerar diversos processos de transformação social. Os avanços do capital por canais políticos, explicitados pelos processos de acumulação por espoliação, podem ser observados em diferentes categorias. No âmbito do Estado com formas de governo voltadas para o mercado, na tensão entre sociedade e mercado pela ampliação dos limites da mercantilização e na penetração e aceitação dos valores de mercado em diferentes sociedades e grupos.

Por outro lado, os processos de acumulação por espoliação apresentam singularidades relevantes. Em cada processo de transformação social desencadeado pelo capital surgem consequências únicas. Tratam-se, primeiro, de objetos de acumulação distintos. Alguns assemelham-se à acumulação primitiva como descrita por Marx (1867), relacionados à expansão geográfica do capitalismo, mas envolvem uma intensidade inédita por ocorrerem em um espaço de tempo reduzido. Outros, que dizem respeito a novas formas de acumulação por espoliação, podem envolver processos distintos, de privatização de bens públicos, de surtos localizados de desvalorização de propriedades de comunidades em risco, de apropriação e mercantilização de outras formas de produção e da perda de direitos comuns.

No contexto da Indonésia, Harvey (2003) apresenta um conjunto complexo de interações. A importação e a inserção da acumulação do capital por meio do processo de acumulação primitiva, promoveu a dissolução de modos de vida rurais e fomentou processos de proletarianização. Esses processos, enquanto promovem a dissolução de formas tradicionais, por outro lado, podem oferecer condições de melhoria de renda para populações empobrecidas. Em alguns casos, a abertura para o desenvolvimento de forças produtivas capitalistas pode ocasionar melhorias nas condições de sobrevivência de trabalhadores, e formas de emancipação das mulheres, por exemplo, fazendo com que o padrão de vida atingido sob desenvolvimento capitalista possa ser visto como superior às circunstâncias degradadas de uma existência rural precedente.

A dissolução dessas condições sociais pretéritas na Indonésia, por meio do desenvolvimento capitalista, com surtos de desvalorização e a desindustrialização provocadas pela crise financeira asiática, impôs consequências sociais negativas no país. A acumulação por espoliação pode ter características inteiramente distintas da acumulação primitiva, como nesse caso. Enquanto a acumulação primitiva abriu caminhos para a acumulação de capital na

forma expandida, envolvendo processos rápidos e muitas vezes forçados de proletarização, a acumulação por espoliação envolveu a ruína dessas condições estabelecidas, descartando rapidamente populações que passaram por processos de proletarização como mão de obra redundante. (HARVEY, 2003)

O mesmo objeto de acumulação por espoliação, como por exemplo a água, pode incluir diversos contextos locais e consequências distintas. A cultura, em níveis nacionais ou ainda mais localizados, apresenta distinções importantes, que fazem com que os processos de espoliação e suas consequências sejam interpretados de formas múltiplas, e afetem de formas distintas as diferentes nações e agrupamentos sociais. As relações políticas em mutação entre sociedades, mercado e o Estado, embora possam ser interpretadas em um nível geral, são pautadas por diferentes interesses sociais e culturas locais.

A interpretação da dissolução de formas autóctones de vida exigiria estudos mais detalhados sobre o universo simbólico de tais grupos sociais. Discutir eventuais melhorias nas suas condições de vida sob uma perspectiva de renda, por exemplo, pode desconsiderar aspectos sociais diferentes mais valorizados por estes agrupamentos. Embora possam ser colocados sob uma contextualização global, trata-se de formas sociais inteiramente diferentes, e fortemente associadas aos locais onde se desenvolveram, e de relações com o ambiente e recursos locais inteiramente diferentes das relações em regiões capitalistas.

4.2 Formas sociais de resistência ao mercado e lutas contra a acumulação por espoliação

A visão de Polanyi (1956) se volta para os resultados da expansão política do capital, e a modificação das relações sociais pelas tensões das sociedades com o mercado. Os limites da expansão da mercantilização no capitalismo, para o autor, consistem nas barreiras erguidas pela sociedade diante dos avanços do sistema de mercado. Apropriando-se da concepção de Polanyi, as formas de acumulação de espoliação podem ser interpretadas como expressões dos avanços políticos do capital no período recente. E as formas de resistência à acumulação por espoliação como barreiras sociais.

A discussão proposta por Bollier (2003), construída com o auxílio de observações de Polanyi (1956), trata da apropriação e usufruto coletivo de espaços e bens públicos como formas de empoderamento. O autor ressalta processos de criação de novas formas de *commons*, que são essenciais para garantir a valorização social de elementos intangíveis ao mercado. No entanto, diante do embate político entre sociedades e mercados, estas novas formas de *commons* estão sujeitas às constantes ameaças de mercantilização e de apropriação privada.

O recuo do Estado de suas funções sociais, no período recente do capitalismo, tornou esse tipo de iniciativa comunitária uma ferramenta ainda mais importante de empoderamento social. A Internet, por exemplo, criou possibilidades inteiramente novas de compartilhamento coletivo de informação e conhecimento. Inúmeras formas de organização política emergiram nos espaços de convívio virtuais possibilitados pela rede mundial. Ela foi de fato apropriada pelos usuários para fins como estes, constituindo-se em uma forma de empoderamento social e de emancipação em relação ao mercado. Diversas formas coletivas de produção e troca de conhecimentos surgiram no âmbito da Internet, como o movimento *open-source*.

A Internet, por ser tanto “espaço” para a acumulação quanto “espaço” para a convivência não mercantil, é uma amostra relevante das relações entre mercado e sociedade no capitalismo contemporâneo. O debate recente sobre a neutralidade da rede expõe tensões profundas. Os provedores privados de serviços de Internet, havendo a possibilidade, não hesitariam em restringir os limites dos usuários e realizar formas de cobrança discricionárias. A livre circulação de informação e a neutralidade da rede oferecem ameaças a mercados editoriais e outros mercados construídos sobre direitos de propriedade intelectual como o da música e a indústria cinematográfica. Além disso, não há como se desconsiderar as possibilidades de organização política criadas pela rede mundial como uma ameaça às classes dominantes e ao *status quo*.

A criação de novas formas de produção comunitárias e empreendimentos cooperativos pode ser observada em diversos contextos. No exemplo abordado por Bollier (2003), diversos bairros de Nova York deram origem a jardins comunitários em terrenos abandonados, apropriando-se e tornando-os um espaço de convívio e produção, melhorando a qualidade de vida de comunidades. Esse modelo de forma comunitária de apropriação e uso coletivo de espaços, embora não possa ser enquadrado em um âmbito de luta anti-capitalista, é uma forma de resistência ao mercado, que possibilita a busca de objetivos sociais não compatíveis com a lógica da acumulação capitalista. Essas apropriações coletivas, por situarem-se fora do âmbito de controle dos mercados, estão sujeitas à ameaça da acumulação por espoliação.

As cidades constituem ambientes de acumulação capitalista e expressão das relações de classe, dentro e fora do ambiente produtivo (HARVEY, 2014). Com a maior parte da população de países capitalistas vivendo em espaços urbanos, os embates políticos no âmbito das cidades são manifestação importante das contradições fundamentais entre sociedade e mercado. A apropriação dos espaços urbanos pela população e a criação de novos *commons* constituem, assim, uma das formas mais relevantes de resistência ao mercado no capitalismo contemporâneo. O movimento de resistência que emergiu diante do projeto privado de

apropriação do Cais José Estelita, em Recife, pauta temas como o direito à cidade, da valorização da cultura nos espaços públicos e a preservação de áreas de convivência comum para além de espaços de consumo.

Os combates relativos à acumulação por espoliação enquadram-se também num contexto geral de resistência ao mercado, uma vez que representam justamente a luta contra a desapropriação desses espaços e objetos não orientados pela lógica dos mercados. Se a acumulação por espoliação se constitui de fato como uma condição necessária para a manutenção da acumulação capitalista, as lutas contra a acumulação por espoliação podem ser interpretadas também como lutas anti-capitalistas. No entanto, como comenta Harvey (2003), as lutas contra a acumulação por espoliação têm singularidades que as tornam muito distintas das formas clássicas de consideração da luta de classes.

A concepção clássica da esquerda marxista, para Harvey (2003), voltava-se para a contradição que “separava capital e trabalho no e em torno do eixo da produção” (HARVEY, 2003, p.139). O objetivo de sindicatos e partidos políticos de trabalhadores era a conquista do poder do Estado como meio de suplantar o domínio de classe capitalista. As lutas, portanto, centravam-se em torno da acumulação de capital no âmbito da reprodução expandida, da acumulação pela acumulação. A acumulação primitiva era vista por muitos como condição necessária para o desenvolvimento de forças produtivas eficientes como as capitalistas, o que explica as expropriações forçadas pelas quais passaram diversas populações de países socialistas no século XX.

As lutas contra a acumulação por espoliação, por sua vez, estão voltadas para embates políticos relacionados à acumulação de capital que ocorrem fora da reprodução expandida em si. Elas envolvem muitas vezes lutas pela tradição, enquanto as lutas clássicas da esquerda socialista se organizam na defesa de uma modernidade alternativa (HARVEY, 2003). Os movimentos de resistência de povos tradicionais são voltados para a proteção de formas culturais e sociais preexistentes dos avanços do mercado. Na periferia do capitalismo surgiram diversos movimentos locais de resistência à acumulação por espoliação diante de impactos políticos e transformações sociais cada vez mais intensas pelos avanços do sistema de mercado.

Outros movimentos, não menos relevantes, são voltados para a proteção de novas formas culturais e sociais de *commons*. Os *commons* constituem formas de emancipação social. Diante de um Estado cada vez mais voltado para os interesses do capital e menos para os interesses sociais, a defesa dessas iniciativas coletivas torna-se ainda mais importante. Elas

garantem às populações algum grau de empoderamento diante da dinâmica de exploração de classe.

As lutas de classe no sentido clássico não parecem trazer muitas perspectivas de transformação no período atual, uma vez que as condições de lucratividade no âmbito da reprodução expandida já estão prejudicadas, e o poder de sindicatos operários foi substancialmente reduzido. A intensificação da acumulação por espoliação, para Harvey (2003), torna as lutas de resistência em torno desses objetos, formas culturais e espaços ameaçados como as expressões centrais das lutas de classe no período contemporâneo. Se é verificada a relação orgânica entre a reprodução expandida do capital e seus limites e a acumulação por espoliação como forma de superação destes limites, a desconsideração dessas lutas no âmbito da esquerda tradicional socialista parece ter sido um grande erro que pode tê-la privado de avanços maiores.

As lutas contra a acumulação por espoliação constituam-se como lutas contra o desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, em territórios e espaços orientados por outras lógicas produtivas e societárias. No entanto, seria difícil enxergá-las no âmbito de uma luta socialista, ao menos no sentido clássico marxista. Há grandes hostilidades entre os movimentos que se enquadram nessas duas categorias de lutas políticas (HARVEY, 2003). A defesa de um modo de produção industrial e de formas de trabalho modernas por parte da esquerda socialista é incompatível com inúmeras formas sociais autóctones. A desconsideração dessas diferentes aspirações sociais de grupos específicos por parte desses movimentos socialistas, diante da defesa de uma modernidade alternativa, é uma expressão do etnocentrismo difundido sobretudo na sociedade ocidental.

Quanto aos destinos da acumulação capitalista, se deparadas com formas de resistência efetiva à acumulação por espoliação, diferentes conjecturas são possíveis. Na visão de Harvey (2003), esses processos tornaram-se cruciais para a acumulação diante da situação crônica de sobreacumulação, e uma resistência efetiva representaria uma situação insustentável para a acumulação de capital. Partindo da visão de Polanyi (1956), por outro lado, se poderia crer em uma estabilização da acumulação em algum patamar de empoderamento social que satisfaça tanto as condições necessárias para a acumulação quanto para o suprimento de anseios sociais.

Diante da especificidade existente entre as lutas relativas a diferentes objetos e espaços de acumulação por espoliação, é difícil vislumbrar um futuro de luta conjunta entre movimentos sociais organizados em torno desses processos. Ainda que as lutas sejam travadas em contextos específicos, elas guardam entre si uma relação comum com o processo

reprodutivo do capital. Mesmo sem a associação dessas lutas em um movimento político unitário, o sucesso conjunto de suas formas distintas de resistência poderia significar uma ameaça à acumulação capitalista, por colocar entraves sobre as formas de escoamento de excedentes que se consolidaram no período recente.

Na perspectiva apresentada por Harvey (2003), o sucesso das formas de resistência à acumulação por espoliação dependeria de alguma forma de combinação em uma frente ampla de luta anticapitalista. Essa frente ampla, que representa os anseios políticos do autor, seria composta por uma combinação dos movimentos sociais em torno da acumulação por espoliação com formas de resistência à exploração no âmbito do processo produtivo. No entanto, como exposto anteriormente, contradições fundamentais entre discursos e direcionamentos políticos usuais entre as duas categorias distintas de resistência à acumulação capitalista fazem dessa frente ampla algo improvável, ao menos diante das condições postas no período atual. Para que fosse criada uma luta política anticapitalista conjunta, que permitisse a conciliação de diferentes perspectivas sob um movimento único, seriam necessárias inúmeras concessões políticas entre os envolvidos.

A visão de Bollier (2003) é bastante distinta da proposta por Harvey (2003). Bollier (2003) interpreta os movimentos de criação de *commons* e os movimentos voltados para a proteção dessas formas sociais como formas de resistência ao mercado. No entanto, a perspectiva do autor não é de uma luta anti-capitalista. Para ele, as formas de produção coletivas não orientadas pelo mercado e as formas de produção capitalistas podem ser vistas como complementares. A produção em moldes capitalistas seria necessária e por um lado benéfica pela eficiência atingida na provisão de bens. As formas de empoderamento social como *commons* e as lutas por direitos no âmbito do Estado seriam, por sua vez, os meios que a sociedade encontra para suprir as necessidades que os mercados não contemplam. Qual das duas visões prevalecerá, se tanto, ou mesmo se outras propostas de resistência surgirão e se tornarão efetivas, é uma questão em aberto.

5 CONCLUSÃO

O período de acumulação que precedeu a crise de acumulação nos anos 1970 produziu um grande volume de excedentes de capital buscando oportunidades rentáveis. Com o esgotamento das contratendências à queda da taxa de lucro, como as melhorias na remuneração do trabalho e o fim da trajetória favorável de incrementos na produtividade do trabalho, a acumulação no âmbito da reprodução expandida produziu uma situação crônica de sobreacumulação. Essa situação, aliada a diversas mudanças institucionais, favoreceu o surgimento de uma nova fase da acumulação capitalista, marcada pela hegemonia financeira e a mundialização do capital.

Dentre as importantes mudanças institucionais do período recente, está a consolidação do neoliberalismo como força política hegemônica no âmbito dos Estados, tanto de países centrais quanto na periferia do capitalismo. Essa dominância política de discursos orientados para o mercado produziu mudanças nas atribuições dos Estados consolidadas no período dos Estados de bem-estar social. Diversos avanços sociais foram desarticulados nesse período. As condições de remuneração do trabalho foram deterioradas. Funções sociais importantes que haviam sido consolidadas no contexto político do período anterior foram delegadas pelos Estados para a iniciativa privada, tornando-se fonte de acumulação. Estados de países periféricos voltaram-se cada vez mais para políticas de atração de capitais internacionais, visando o desenvolvimento de forças produtivas capitalistas.

Diante do panorama da rentabilidade nos países centrais, o capital buscou novas formas de valorização. A penetração do modo de produção capitalista em novos territórios foi uma das formas encontradas para a recuperação da rentabilidade. Além disso, objetos e espaços apropriados coletivamente foram convertidos em fonte de acumulação. As formas de acumulação por espoliação tornaram-se aspecto central do circuito reprodutivo do capital no capitalismo contemporâneo. A análise dos processos econômicos e políticos desencadeados no período recente apontaram para uma intensificação das formas predatórias de acumulação.

O processo de expansão territorial do modo de produção capitalista no período recente foi acelerado, com baixas restrições à mobilidade de capitais e a adoção de políticas de atração de investimento capitalista nos países periféricos. Sob a dominância política do capital, no período recente, diversos aspectos sociais foram submetidos a processos de mercantilização. O imperativo de acesso à novas fontes de acumulação que se consolidou no período contemporâneo gerou um amplo leque de processos de desapropriação de comunidades e de desarticulação de formas coletivas de produção.

A dinâmica de exploração de classe pode ser observada fora do ambiente de trabalho. A perda de direitos comuns das populações no período recente e a conversão destas em fontes de acumulação aponta como as contradições entre mercado e sociedades penetram nos mais diversos âmbitos da vida social. Os exemplos abordados nos capítulos anteriores ilustraram como esses embates ocorrem em diferentes contextos, e tem características distintas. No entanto, eles guardam em comum a oposição entre o controle social e a lógica de mercado.

O período recente é marcado pelo surgimento de novas formas de *commons*, como iniciativas que geram algum grau de empoderamento social. Por outro lado, também é marcado pelos ataques do sistema de mercado a essas novas iniciativas sociais e formas sociais tradicionais não orientadas pelo mercado. As lutas contra a acumulação por espoliação constituem esforços sociais contra os avanços do sistema de mercado, sejam estes os avanços territoriais, ou os avanços políticos na mercantilização de formas de produção social não capitalista.

Dessa forma, os combates relativos à acumulação por espoliação constituem formas de resistência específicas, que em um âmbito geral tratam da resistência da sociedade diante do controle pelos mercados. Elas podem ser lutas em defesa da tradição ou lutas por direitos comuns. De toda forma, a delineada dependência do modo de produção capitalista dessas formas de acumulação predatória no período atual indica como os combates relativos à acumulação por espoliação tornaram-se um aspecto central na perspectiva de uma luta anticapitalista.

O presente trabalho ilustrou as relações gerais e enfatizou como contextos específicos são relevantes para a compreensão das consequências econômicas, políticas e sociais da acumulação por espoliação e da dominância do capital no âmbito dos Estados. Um maior aprofundamento da questão da acumulação por espoliação passa por análises de contextos mais específicos. Sejam eles contextos nacionais ou regionais, ou contextualizações sobre um objeto/espaço específico sujeito à espoliação, sua análise detalhada pode fornecer mais informações sobre a complexidade das relações desencadeadas. Trabalhos sobre formas comunitárias tradicionais que são ameaçadas pelos avanços territoriais da acumulação capitalista seriam uma linha de pesquisa interessante para os cientistas sociais.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Imperialism**. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968.
- BANERJEE-GUHA, Swapna. Accumulation and dispossession: Contradictions of growth and development in contemporary India. **Journal of South Asian Studies**, South Asia, v. 2, n. 36, p.165-179, 2013.
- BOLLIER, David. **Silent theft: the private plunder of our common wealth**. New York: Routledge, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A internet ameaçada**. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/castells-a-internet-ameacada/>>. Acesso em: 4 maio 2015.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p.1-30, dez. 1995. Tradução: Catherine Marie Mathieu.
- CROTTY, James. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the 'new financial architecture'. **Cambridge Journal Of Economics**. Oxford, n. 33, p. 563-580. abr. 2009.
- DE ANGELIS, Massimo. **Marx's theory of primitive accumulation: a suggested reinterpretation**. Londres: University Of East London, 1999. 18 p.
- DOMENICI, Thiago. **A nova batalha pelo controle da internet**. 2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/a-nova-batalha-pelo-controle-da-internet/>>. Acesso em: 4 maio 2015.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. **Caderno Crh**, Salvador, v. 24, p.37-57, 2011.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Coasts and benefits of neoliberalism: A class analysis. **Review of International Political Economy**. London, p. 578-607. jan. 2001.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Salida de crisis y nuevo capitalismo**. Paris: Jourdan Editorial, 2005. 18 p. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 13 set. 2014.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The real and financial components of profitability: (USA 1948-2000)**. Paris: Jourdan Editorial, 2005. 31 p. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 14 set. 2014.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Neoliberal dynamics - imperial dynamics**. Paris: Jourdan Editorial, 2007. 39 p. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 14 set. 2014.
- FILKINS, D. In some immigrant enclaves, loan shark is the local bank. **The New York Times**, 23 Abr. 2001.
- HARVEY, David. (2003) **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KREIN, José Dari. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Necat**, Campinas, n. 1, p.6-24, jan. 2013. Semestral.

LIPIETZ, Alain. A tendência à queda da taxa de lucro: A contribuição de alguns trabalhos franceses recentes. **Questões de Economia Política: Teorias sobre crise**, Porto Alegre, v. 3, p.13-29, 1986. Semanal. Tradução: Flávio Soares Damico; Revisão técnica: Luiz Augusto Faria. Disponível em: <http://lipietz.net/ALPC/EGM/EGM_1981a-po.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **The accumulation of capital**. New York: Monthly Review Press, 1968.

MARX, Karl. (1867). **O capital, livro 1: O processo de produção do capital**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. (1894). **O capital, livro 3: O processo global de produção capitalista**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, Mariana; MOREIRA, Mariana. **O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>>. Acesso em: 4 maio 2015.

MONTENEGRO, D.M. **Somos todos pinheirinho: violência, exceção e predação como interfaces da barbárie de Estado**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24_MorenoMontenegro.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

MOSELEY, Fred. **The falling rate of profit in the postwar United States economy**, London: Macmillan, 1991.

POLANYI, Karl. (1956). **A grande transformação: As origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Tradução: Fanny Wrobel; Revisão técnica: Ricardo Benzaquen de Araújo.

ROBIN, Marie-monique. **O mundo segundo a Monsanto: da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem..** São Paulo: Radical Livros, 2008. 370 p.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006. Tradução: Georges Kormikiaris.

SUNDARESAN, C.S. New land investment dynamics and agrarian movement against accumulation by dispossession: an analysis of rural and tribal communities in India. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON APPLIED ECONOMICS, 4., 2011, Castória. **Proceedings...** . Kastoria: Department of International Trade, TEI of Western Macedonia, 2011. p. 705 - 715.

TAUILE, José Ricardo; FARIA, Luiz Augusto Estrella. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, p.158-181, jan. 1999. Trimestral.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

WHITE, B. et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal Of Peasant Studies**. New York, p. 619-647. jul. 2012.